



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
OSWALDO DE
SOUSA E SILVA E
DOUTOR BERNARDINO
DE SOUSA E SILVA



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR OSWALDO DE SOUSA E SILVA E DOUTOR BERNARDINO DE SOUSA E SILVA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

Oswaldo de Sousa e Silva nasceu em Jerumenha, estado do Piauí, em 21/10/1925. Em 1967, conclui o curso de Direito pela Universidade de Brasília, em 1970, porém já possuía graduação no curso de formação de Oficiais da Polícia Militar da PMDF no Rio de Janeiro, além do curso de Instrutor de Educação Física. Profissionalmente, atuou como Capitão da Polícia Militar do Estado do Piauí, 1943-1955; Defensor e Promotor Público do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios – MPDFT –, 1973-1976. Em 1980, é aprovado no IX Concurso para magistratura do DF, com posse e exercício na Justiça dos Territórios Federais, então sob a jurisdição do TJDF. Em 1983, solicita remoção para 2ª Vara Criminal do Gama, com posse em dezembro. Dez anos depois, é promovido por merecimento ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, em novembro de 1993. Em outubro de 1995, aposenta-se do

cargo. Dentre os prêmios e medalhas que recebeu ao longo de sua carreira, destacam-se: Medalha-Prêmio TJDF, de acordo com o decreto 51.061 de 27/7/1961, pelos 50 anos de serviço sem falta grave, em 1995 (Resolução 15 de 19 de outubro de 1995); Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios no grau de Grã-Cruz, em 2000 (Portaria da OMJDFT 1 de 15 de março de 2000) e Medalha do Mérito Eleitoral do Distrito Federal, na classe jurista, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, em 2001.

Bernardino Sousa e Silva nasceu em 03/09/1930, em Guadalupe, Piauí, filho de Frutuoso José da Silva e Zoraide Benvido e Silva. Concluiu o Bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito do Estado do Piauí, atual UFPI. Já no Rio de Janeiro, termina a Extensão Universitária nos cursos de Direito Comercial, Penal e Oratória pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Na mesma Faculdade recebe o título de Doutor em Direito Privado, em 1958.

Em Brasília, Bernardino ocupou os seguintes cargos: Defensor Público, após aprova-

ção em concurso no ano de 1967. Em maio de 1970 foi promovido por antiguidade ao cargo de Promotor Público Substituto. Em setembro do mesmo ano é promovido ao cargo de Promotor Público. Em 1976, é designado para o cargo de Curador, atuando na área de Família, Órfãos e Sucessões por doze anos. Também exerceu as funções de Subprocurador-Geral – futuro cargo de Procurador-Geral de Justiça –, de 27/07/1984 a 20/03/1985. De 1985 até 1991, substituiu em várias ocasiões o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos.

Doutor Sebastião Rios Correa

Vamos trazer para o registro da memória do Tribunal os depoimentos do Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva e o do Dr. Bernardino de Sousa e Silva, que é membro do Ministério Público.

É um prazer recebê-los aqui. Quero que vocês deixem esse depoimento para que fique registrado na memória do Tribunal de Justiça.

Vamos começar, então, pelo Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva.

Desembargador, gostaríamos que V. Ex.a constasse um pouco da história da sua entrada no Tribunal de Justiça. Sabemos que V. Ex.a entrou como Juiz lá nos Territórios, não é isso? Gostaríamos que contasse um pouco dessa história. Quando se deu? Qual sua experiência nos Territórios? E também um pouco da sua vida, de sua formação.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Minha primeira experiência foi como Juiz Temporário. Nessa época, já estava no Território Federal do Amapá e era Promotor Substituto. Fui para lá como Defensor Público, que era a carreira inicial do Ministério Público, e os Territórios eram absolutamente indepen-

des do Distrito Federal, da Justiça do Distrito Federal. Colocavam as pessoas lá, o Ministério Público também, mas não tinham acesso a Brasília, morriam lá. Foi quando eu era Promotor Substituto, tomei conhecimento de um concurso para Juiz Temporário aqui em Brasília, que era apenas de títulos, e vim a Brasília examinar o que seria esse Juiz Temporário. Constava da Constituição de 1967, porém era demissível ad nutum. Eu tinha o cargo, consegui colocá-lo à latere, oficialmente, e, então, assumi o cargo de Juiz Temporário, indo prestar serviço na cidade de Boa Vista, Território Federal de Roraima.

Lá, inicialmente, encontrei todos os cargos de Juiz vagos. Era eu, só, o Juiz de Direito Pleno (Cível e Criminal), o Juiz Trabalhista, o Juiz Federal e o Juiz Eleitoral. Inclusive, era proibido; o Juiz Eleitoral tinha de ser titularizado, mas como não havia ninguém, eu fazia tudo. Nessa altura, permaneci nesse Território como Juiz Temporário um ano e oito meses – não cheguei a completar dois anos –, mas em plena Revolução, com o Governador, coronel aviador, um homem muito austero, muito difícil – diga-se de passagem – porém tornou-se meu amigo e admirador e a recíproca foi verdadeira. A nossa Justiça lá era muito incipiente, não tinha quase nada e ele colaborava com tudo o que eu pedia. Cheguei a solicitar a ele, por injunção do Tribunal, terrenos para fazer casas para magistrados e ele me deu, em 24 horas, oito terrenos, todos com mais ou menos 1.200m². Depois, chegou o Ministério Público, que tinha verba, e disse: “a Justiça quer este terreno aqui”. Como não se distinguia Juiz de Promotor, a promotoria ficou com os nossos terrenos, fez as casas e nós ficamos sem nada. Mas quando eu assumi o cargo aqui em Brasília perante o Desembargador Lúcio Arantes, pedi a ele que comprasse algumas casas para

os Territórios, porque sabia que não tinha. Ele disse: “O Senhor faz um ofício e me diz isso”. Fiz um ofício pedindo uma casa para o Território do Amapá, uma para o Território de Roraima e três para Rondônia. Eram cinco casas. Ele mandou comprar a primeira, no Território de Roraima, onde fui morar. Já estava lá, mas morava mal e passei para essa casinha, que havia sido construída recentemente, e lá permaneci com a família – eu, a mulher, um filho e minha mãe, que me acompanhava.

Nesse Território, fui muito feliz. Fiz boas amizades e consegui colocar a Justiça em dia, porque ela estava muito atrasada. Eu era um Juiz inexperiente, porque estava no Ministério Público e, de repente, passei a Juiz. Mas peguei os livros e comecei a ler. Li muito, e trabalhava diuturnamente, chegando a dormir, por noite, cerca de cinco a seis horas. Estabeleci o horário de expediente pela manhã, em virtude do clima que era muito quente. Chegava em casa, acabava de almoçar, tirava aquela soneca clássica – eu tinha um “aparelhinho” de ar refrigerado no quarto – e, depois, chamava o meu secretário para bater sentenças. Foi onde consegui aprender muito, porque dava a sentença verbalmente, quase não fazia consulta; ia mesmo em cima das provas e dava sentenças, que foram bem aceitas aqui pelo Tribunal. As sentenças não eram malfeitas, eram regulares, de regulares para boas.

Lembro-me de um episódio muito interessante que aconteceu lá. Quando cheguei, havia outro Juiz Temporário, que tinha jurisdição plena, e eu tinha jurisdição limitada. O serviço

de Juiz de jurisdição limitada era muito pouco para mim e eu não podia ficar sem trabalhar. Ofereci-me: “Colega, se você não se aborrece, gostaria de colaborar. Poderei fazer uma sentença para você ler, se agradar, você assume a paternidade, senão, você rasga”. Qual foi a minha surpresa? Na primeira sentença que dei, o nosso Colega, lendo-a – que era criminal, de um pai que havia violentado a filha, e a sentença era um pouco dura –, olhou para mim e disse: “Oswaldo, nunca dei uma sentença tão bonita como essa”. Sentou à mesa e assinou a sentença. Fiquei muito gratificado e pensei: “Acho que estou indo bem”. Mas o Colega não tinha muita bagagem para dar esse respaldo.

Mas eu fui muito bem no Cível, fui bem no crime, enfim, até no Direito do Trabalho dei sentença, porque era o Juiz do Trabalho e tive de dar sentença também na área trabalhista, quase todas contra o Governo do Território. Sabendo que o Governador era um pouco zangado, assim mesmo eu cumpria o meu dever e dava minhas sentenças sem querer saber se ele era ou não revolucionário. Mas ele nunca se aborreceu, sempre cumpriu minhas sentenças: mandava pagar, religiosamente, aquelas cujos reclamantes tinham direito e fomos bem até eu deixar o Território – quem saiu primeiro fui eu.

Tive a felicidade de estabelecer um círculo de amizade muito grande. Creio que melhorei muito a imagem da Justiça no Território de Roraima, e o episódio mais importante que aconteceu comigo lá foi o seguinte:

O nosso prédio era um prédio velho, caindo aos pedaços, e resolvi pedir uma audiência com o Governador. Conversei com ele sobre construir um prédio novo, mas não contando muito com o Tribunal, porque o Tribunal não tinha

muita verba, e ele me disse: “Não tenha dúvida, vou encampar o seu pedido e vou fazer o prédio”. De cara, me deu o prédio onde funcionava o Banco do Território; colocou o Banco lá para uma casa menor, me deu o prédio e mandou que pegasse o mestre de obra e dividisse como eu quisesse. Eu dividi tudo: coloquei o Promotor aqui, o cartório ali etc. Enfim, idealizei e fui cumprindo tudo o que ele me deu. Aconteceu, nesse período, um fato inusitado, posteriormente.

Quando eu estava fazendo esse prédio, organizando, reformando, coloquei o Promotor numa sala muito boa. Mais tarde, alguns anos depois, eu já em Macapá, passava o Desembargador Leal Fagundes por lá, que foi escolher um terreno para fazer o Fórum de Macapá – que, também, foi idéia minha e foi iniciado comigo. Eu o convidei para jantar comigo. Eu já era Promotor, não era mais Juiz; tinha pedido exoneração do cargo de Juiz Temporário. E falando em Promotor, eu disse que havia feito aquilo em Roraima, e que até a sala do Promotor eu fiz uma boa. E ele disse: “Olha, Promotor não tem de dar colher de chá, viu? Promotor é carne de peçoço”. Essa é a pura verdade! Eu já era Promotor, fiquei calado. Pensei: “Não vou dizer nada, porque ele vai se sentir constrangido aqui”, não é?

Pois bem, essas são passagens que me lembro, interessantes, que são quase um folclore. Mas o prédio de Roraima ficou pronto e eu não tive a felicidade de ir à inauguração porque não tinha dinheiro para pagar a passagem para ir. Fui convidado oficialmente pelo Governador, mas não veio a passagem e não fui. De tal forma que, até hoje não conheço esse meu prédio que deixei iniciado e que, como o Governador que me convidou para ir bater a primeira estaca, nós dois pegando na máquina que batia estaca e demos a primeira batida. Feito isso, fui-me

embora de Roraima, lá não pude mais voltar. Foi inaugurado e eu não conheço, mas sei que ficou maravilhoso; tem um auditório lindo e abrigou bem a Justiça de lá. Era até muito grande inicialmente. Agora já é Estado, deve estar servindo para o Tribunal.

Doutor Sebastião Rios Correa

Vamos esclarecer: então o Senhor passou por diferentes áreas da Justiça nos Territórios?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Sim.

Doutor Sebastião Rios Correa

V. Ex.a começou inicialmente como Defensor Público.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Defensor Público, depois fui Promotor.

Doutor Sebastião Rios Correa

Depois foi Promotor. Depois voltou a ser Juiz Temporário. Pareceu-me que, depois de Boa Vista, V. Ex.a foi para Macapá como Promotor.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Como Promotor. Vou explicar aqui.

Como já dissera antes, quando assumi o cargo de Juiz Temporário, o meu cargo de Promotor Substituto ficou bloqueado, com o conhecimento do Ministério da Justiça e autorização do Ministro. Então, quando estava no Território do Amapá, ainda, vim a Brasília e fui fazer uma visita a um Promotor, chamado Orlandino – não me

recordo o sobrenome –, mas era o chefe de gabinete do Procurador-Geral.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Era Subprocurador lá e nosso Procurador Geral aqui. Ele foi Delegado de Polícia.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

O que é certo é o seguinte: nessa visita que fui fazer ao chefe do gabinete, de cortesia, acabei destrutado pelo Chefe de Gabinete.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Geraldo Nunes?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Não. Foi antes. Ele era Procurador da República, foi Ministro do STJ. Já faleceu.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Morava na 305, pertinho de mim.

Doutor Sebastião Rios Correa

Mineiro?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Não. Não é esse não. Ele era Delegado de Polícia e foi escolhido para Procurador da República. Quando mudaram Brasília, estabeleceram uma lei que se poderia nomear pessoa

de outros órgãos e tal. Ele foi para o MPF. Depois, o Firmينو, quando foi Procurador Geral, o convidou para subprocurador e, nesse meio termo, ele foi nomeado Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Eu queria contar aqui um episódio que foi muito triste para mim, em virtude da forma como esse Procurador, esse chefe de gabinete me tratou.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Orlandino Batista de Freitas.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Orlandino Batista de Freitas, que era Curador, me destratou.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Ele é paraense.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Ele me perguntou o que eu estava fazendo em Brasília. Eu disse: “Vim aqui a serviço – ou de férias – e vim fazer uma visita aos senhores”. “Muito bem, então, quero avisá-lo de que, por ordem do Dr. Procurador Geral, abri um processo para sua demissão de Promotor, porque o Senhor está exercendo outro cargo”. Repliquei! “Mas o meu cargo, tem autorização do Ministério da Justiça para exercer, porque é um cargo demissível ad nutum, e fui cedido sem nenhum ônus para o Ministério Público”. Ele disse: “Não, o Senhor vai ser demitido. O processo já está em andamento”. Eu disse: “Então, Doutor, vou lhe agradecer muito e lamento ter feito essa visita,

enganei-me com o Senhor e vou lhe dizer uma coisa muito apropriada: vou apostar como o Senhor não me demite, nem o Senhor e nem o Procurador Geral. Preste atenção no que estou dizendo!”.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

É o Hélio, Dr. Hélio Pinheiro.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

É isso mesmo. “Nenhum dos dois vai me demitir”. Isso eu disse na loucura, na bamburra. Mas colou, não fui demitido. Ele é que, mais tarde, coitado, favoreceu com a ausência. Mas são outros quinhentos, não tem importância. Mas fui tratado assim.

Voltei para o meu lugar, continuei trabalhando com entusiasmo. E em qualquer lugar que trabalhei no Território, tanto no Amapá quanto em Roraima, por exemplo, trabalhava excessivamente e tive três estafas físico/mentais, por excesso de trabalho, porque ia dar sentença à noite, em casa, sentava à minha mesa, minha mulher deitava no sofá e ficava me pedindo: “Vamos dormir, Oswaldo”. Eu dizia: “Espera um pouquinho”. Aí, ela dormia e eu ficava até três horas da manhã trabalhando, para estar às sete horas da manhã lá na Justiça, forçando, não é? Até que eu tive a primeira e o médico me recomendou que fizesse um repouso pequeno, mas tinha de repousar. “Mas não posso parar, Doutor, só tem eu de Juiz aqui, sou quadri Juiz; quadri Juiz é quadri Juiz”. Aí tive outra mais adiante e, no Amapá, tive mais uma, porque sempre fui muito zeloso e sempre procurei tentar dar conta do meu recado. É evidente que, nesse volume monstruoso que temos de processo, a gente estava sempre a reboque, mas era um reboque bem curto, não era muito comprido não. Quem sabe muito bem disso é nossa digna Corregedora, da época, que conheci como

Juíza, a Desembargadora Maria Thereza, que conhecia o trabalho dos juízes e sabia que eu, realmente, não deixava processo para o mês seguinte. Na época havia, na lei, uma autorização para os diretores de secretaria comunicarem à Corregedoria se o Juiz havia deixado sentença de um mês para outro. Nunca precisei fazer nenhuma lambança, nenhuma manobra.

Até me lembro que, quando cheguei em Brasília, removido como Juiz de Direito, peguei a Vara Criminal de Taguatinga e, depois de quatro meses, fui removido para Brasília, que era o sonho dos juízes que estavam em cidades satélites, inclusive da nossa eminente Ministra Nancy Andrighi, que tinha sido atacada por um réu que queira esfaqueá-la. Ela ficou muito chocada e queria mudar da cidade satélite para o Plano Piloto. Chegou a hora da remoção e eu e ela fomos removidos. O Dr. Getúlio Moraes Oliveira veio de Brazlândia, o Dr. Otávio Augusto veio de Planaltina e eu e ela de Taguatinga. Ela parou de chorar, porque ela chorava muito querendo vir para o Plano – se quiser pode perguntar porque ela confirma. Ainda tivemos um pequeno problema nessa remoção porque três Colegas do meu concurso entraram com mandado de segurança para impedir a remoção. Não prejudicava nenhum, mas eles quiseram assim. E ocorreu o fato mais interessante, talvez, da nossa vida. A Juíza Fátima Nancy Andrighi chegou: “Oswaldo, tem um mandado de segurança para impedir. Como eu faço?” Eu disse: “Não sei”. “Então, é bom a gente ir lá na Presidência da República”. Eu digo: “Eu não conheço ninguém lá”. E ela disse: “Eu tenho uma pessoa que pode levar a gente”. “Está bem, então vamos”. Fomos nós com uma Diretora de Secretaria daqui do Tribunal, que era sogra do chefe da Casa Civil.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Dona Francisca, Secretária do cartório do Desembargador Edmundo Minervino.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

É, que era muito amiga da Juíza Nancy Andrichi. E lá, o subchefe da Casa Civil, professor que não me recordo o nome, muito gentil, diga-se de passagem...

Desembargadora Maria Thereza Braga

O primeiro nome dele é João. Não sei o sobrenome.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Ele perguntou: “E se fizer essa remoção, os outros não vão entrar na Justiça para impedir ou qualquer coisa assim?” – O presidente era o General Figueiredo – “porque o Figueiredo não quer negócio com a Justiça. Quando ele fizer, ele quer fazer e valer!”. “Muito bem! Tenho impressão que não vai dar problema nenhum”. Mas nós tínhamos tido a felicidade de o Presidente, naquela época, que era o Dr. Helládio Toledo Monteiro, quando pegou o processo pedindo informações, porque tinha caído na mão do Desembargador, meu amigo, Luiz Cláudio de Almeida Abreu, este deu um despacho um tanto quanto complicado e o Desembargador Helládio Toledo se valeu daquela máxima: “Devolva-se para fazer-se entender”. Enquanto ele devolvia, eu e a Fátima desbravamos esse terreno em 24 horas e estávamos removidos para Brasília, tomamos posse às 11 horas, quando os Colegas descobriram, já estava prejudicado o

mandando de segurança. Essa foi uma jornada muito interessante que tive na vida, aqui chamando como testemunha, a eminente Ministra Fátima Nancy Andrichi.

Mas, voltando aos Territórios, consegui, em todos os Territórios por que passei – foram apenas os dois, Roraima e Amapá –, a compreensão e até a estima dos governadores que por lá passaram. Como os territórios eram capitânias hereditárias, atuais, o do Amapá era da Marinha, porque tinha o Rio Amazonas; de Roraima era da Aeronáutica, porque era muito longe, só ia avião; e o de Rondônia era do Exército, porque chegavam os tanques, lá. É verdade esse fato. Isso é verdadeiro.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Havia um decreto-lei que dava, a cada Força Armada, o controle de um Território. Foi até uma pergunta que fiz a um candidato do concurso de promotor. Havia um decreto do Governo nomeando cada Força Armada para um Território desses, para administrar.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Isso ficou prevalecendo. Não havia dúvida: saia um e ia outro da mesma Força. Cheguei a ficar no Território do Amapá, judiquei lá, com um Governador que ficou seis anos, o mesmo tempo que o Presidente Figueiredo passou no governo dele. Era o comandante Barcelos, muito conhecido, muito trabalhador, muito tranqüilo. Fizemos uma boa amizade, a Justiça foi engrandecida. E foi aí, então, na passagem do Desembargador Leal Fagundes pelo Território – ele foi aplicar uma prova e levou o secretário junto com ele, para candidatos de cargos locais na Justiça –, ele havia me pedido para escolher três terrenos, com o Governador

eu pedi um terreno, e o Governador me ofereceu três –, e, chegando lá, ele visitou os três e escolheu o que tem atualmente o Fórum de lá. Já com a criação do Estado, o Amapá resolveu fazer um prédio só para o Tribunal, mas foi o primeiro Fórum, que deixei bem iniciado e também não pude ir por falta de dinheiro, embora convidado.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Você não fez a casa do Juiz de Macapá?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Eu fiz duas casas no interior. O Tribunal, quando eu era Juiz no Amapá, Juiz de Direito, fiz concurso – vou explicar isso também –, havia uma verba de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), era Cruzeiro naquele tempo, para fazer uma casa na cidade de Macapá. Como as cidades do interior, como a cidade de Macapá e do Oiapoque não tinham casa, solicitei ao Tribunal para dividir essa verba em duas partes e fazer uma casinha em cada uma dessas comarcas. O Tribunal concordou, mandou dividir o dinheiro e fizemos convênio com o Governo do Território: ele mandava o tijolo para fazer o prédio por barcos – que iam através do oceano até o Oiapoque –, e lá na cidade de Amapá ia de caminhão, porque havia estrada. Fiz duas casas, onde moraram os juízes Dr. João Alves de Oliveira e Dr. Gilberto de Sousa Sá. Ambos moraram nessas casas que eu construí antes de eles chegarem: a de Amapá e a de ali do Oiapoque. Nesta última, o primeiro juiz que chegou lá não quis morar na casa, resolveu morar numa pensãozinha que tinha. Instalou o Fórum lá. Mas deixei essas duas construções.

O Tribunal, às vezes, não compreendia essas dificuldades que nós tínhamos e mandou uma verba de um milhão para construir uma casa numa cidadezinha.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Caracarái?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Não. No Território do Amapá. Fica entre a cidade do Amapá e Oiapoque. Não me lembro agora o nome. De qualquer maneira, um exagero. Enquanto eu procurava fazer duas casas com um milhão, ele manda um milhão para fazer uma casa numa cidade que tinha oito processos. Havia oito processos em andamento: um Juiz de Direito, oito processos e uma casa que foi a melhor do Território. Para mostrar como o Tribunal, aqui, não apreciava bem essas dificuldades da gente. Mas com o tempo foi melhorando, porque eu sempre apelava, oficiava, solicitava; nunca fui muito tímido para essas coisas não. Nunca fui grosseiro, sempre fui respeitoso, mas trabalhava assim. Até que o Tribunal mandou uma linha de rádio para nós. Na cidade do Amapá, que é rádio, já nos comunicávamos com Brasília por intermédio de uma estação de rádio. Foi à primeira benfeitoria. Não havia telefone, não havia nada. Então, fizeram essa. Puseram uma lá no Oiapoque e em todas as cidades que havia – eram cinco Comarcas.

Em Roraima, havia duas comarcas – a capital e outra cidade bem próxima (Caracarái) – e o Juiz tinha jurisdição sobre as duas. Lá no Amapá havia cinco cidades e eu ocupava as cinco. No Amapá eu ia uma vez por mês, na cidade do Oiapoque, onde ficava dois dias; fazia todas as audiências criminais, cíveis, dava as sentenças que tinha de dar e fazia casamentos. Tinha dia que fazia seis casamentos e era convidado para as seis festas. Aí é que era difícil, ia a uma ou outra, para não parecer petulante.

As comarcas funcionavam direitinho, porque havia escritvões muito antigos, mas muito competentes.

Doutor Sebastião Rios Correa

Os juízes de lá celebravam casamentos também?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

O Juiz celebrava tudo. Todos os casamentos eram juízes que faziam. Lá em Roraima e também, no Amapá, menos no Capital, onde havia um Juiz de Paz.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Juiz de casamento veio depois. Havia antes, foi extinto e veio depois.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Na cidade de Amapá, havia um Juiz de Paz, Doutor Hélio, fazia casamentos.

Doutor Sebastião Rios Correa

Pela nossa organização judiciária de então, o Juiz Substituto aqui é que quem tinha competência para celebrar casamentos. Lá não tinha essa figura do juiz Substituto, não é isso? Tinha o Juiz Temporário e o Juiz do Território.

Desembargador Oswaldo de Sousa de Silva

O Território não tinha juízes suficientes; o Tribunal não encontrava juízes suficientes. Então, o Juiz Temporário tinha jurisdição

plena e fazia tudo. Como já falei, no próprio Território de Roraima fui Juiz Eleitoral, embora tivesse um juiz do TSE do Amazonas que assinava tudo.

Doutor Sebastião Rios Correa

É essa a minha curiosidade: lá não existia um Tribunal.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

O Tribunal era em Manaus. Era do Amazonas, mandávamos tudo para o juiz de lá, como já disse.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

O Tribunal Regional Eleitoral era do Amazonas.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Só não decidia como Juiz Eleitoral, mas fazia todo o preparo da parte eleitoral para ir na mala; que depois voltava para nós.

Doutor Sebastião Rios Correa

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas dava essa atribuição ao Juiz do Território...

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Como também acontecia a mesma coisa no Amapá; o Tribunal Regional era em Belém e o Juiz do Território também fazia às vezes.

Mas teve um fato mais interessante. Quando foi promulgada a Lei do Divórcio, só quem podia fazer divórcio era o Juiz Titular, Juiz Pleno e eu, na cidade do Amapá, Macapá, fiz diversos divórcios como Juiz com jurisdição plena, porque vinham pessoas com vinte e quatro anos de se-

parados para fazer um divórcio rápido e chegava lá não tinha um juiz. Tinha de ser feito e eu fazia; foram todos aprovados. Não era por desídia não, era por necessidade, com conhecimento do MP.

E conseguimos, até que chegou a vez do Juiz de Direito querer ir para lá, quando criaram o Estado. Ninguém queria ir, e os que iam é porque ganhavam dobrado, menos eu.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Dr. Oswaldo, quando o Senhor esteve no Amapá, foi o início daquele Projeto JARI?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Não, quando cheguei ao Amapá o Projeto JARI já existia há muitos e muitos anos.

Desembargadora Maria Thereza Braga

E já havia aquela população toda ali?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Havia. Mas lá no JARI, onde havia o Projeto JARI, tínhamos um povoado do lado do Território, e fez-se também lá uma Comarca onde tinha a Justiça Eleitoral lá também. A única eleição que presidi, no Território do Amapá, foi em 1982, onde havia quatro candidatos a deputado federal e candidatos a vereadores locais, ainda não havia senador porque era Território ainda. Fiz essa eleição e fui até o JARI, de avião, porque o Governador concedia avião para irmos à cidade de Amapá e à cidade de Oiapoque sempre que íamos a trabalho. Fui e levei até um Colega, que estava também comigo na cidade lá em Macapá, o Doutor já aposentado, Dorival. Mas fomos lá instruir os mesários, preparamos tudo.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Não tinha o Dr. João? Ele era Juiz em Santana, tinha até uma casa aqui na QI 13. Ele foi para o Ministério Público.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Lembro-me dele, Dr. João, que era membro do Ministério Público aqui de Brasília e já estava aposentado, salvo engano, pelo Banco do Brasil. Ele fez concurso para Juiz de Direito de Território...

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Sim, o João, que era do Banco do Brasil.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Ele morava ali na QI 13.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Depois ele passou a morar na 216.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Ele vendeu o apartamento para o Pirajá. No Território ele ocupava um que morava o Amado Anísio Alves. Como ele não voltou, o Amado conseguiu uma redistribuição para ele. Ele era muito meu amigo, o João

Desembargadora Maria Thereza Braga

Ele faleceu, não foi?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Não tenho idéia de onde ele anda.

Desembargador Oswaldo de Sousa de Silva

Ele era de um cartório aqui de Brasília, mas era Juiz na cidade de Macapá. Era Juiz, aposentou e veio embora.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Não, tem um mais novo, que era Juiz de Direito, que foi removido para cá. Ele era advogado de um órgão desses... Dr. Jesus.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Dr. Jesus do Nascimento.

Desembargador Oswaldo de Sousa de Silva

Dr. Jesus do Nascimento. Ele já faleceu. Era Juiz dessa cidade que pegou a melhor casa do Território e tinha oito processos.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Estive nessa casa, Desembargador, quando fiz a correição do Território.

Desembargador Oswaldo de Sousa de Silva

A Senhora conheceu a casa?

Desembargadora Maria Thereza Braga

Conheci.

Desembargador Oswaldo de Sousa de Silva

Lembra-se daquela cidadezinha, mas não lembra o nome, não é?

Desembargadora Maria Thereza Braga

Era uma rua só, comprida. A casa ficava ali, à direita. A gente descia um pouquinho, depois subia e, à esquerda, havia uma casa, pintada um pouco de azul, onde funcionava o fórum e os cartórios, uma casa modesta, à esquerda.

Desembargador Oswaldo de Sousa de Silva

Não conheci, porque a única vez que passei nessa cidade foi com o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, Dr. Dilermando, que me pediu para conseguir um avião com o Governador para ele ir até o Oiapoque. Como o Governador me prestigiava muito, solicitei o avião e ele, de imediato, cedeu-me o avião e fui com ele até o Oiapoque. E aconteceu até um fato interessante. Havia um juiz lá, o Dr. José Machado, que morava na pensão e fez a casa de morada no fórum. Quando cheguei lá com o Procurador-Geral entrei, me dirigi a ele: "Dr. Machado, estou aqui em companhia do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, Dr. Dilermando Meireles, que está fazendo correição". Ele disse: "Pois não? Como vai?". Sentado na cadeira dele cumprimentou o Procurador e não se levantou de forma nenhuma, nem por educação. Esse detalhe, também, me lembro. Falei para o Dr. Dilermando: "Você não liga muito não, Dr. Dilermando, porque esse rapaz era militar e está pensando que está no quartel, e que somos os subordinados dele. Liga para isso não".

Desembargadora Maria Thereza Braga

Esse fórum lá do Oiapoque, atrás do fórum, passava um rio, não é? O Rio Oiapoque, e do lado de lá já é a Guiana.

Desembargador Oswaldo de Sousa de Silva

A cidade já é na Guiana, chama-se São Jorge. Onde a gente pegava perfume, pegava algum licor etc.

Desembargadora Maria Thereza Braga

○ rio é de um verde muito lindo.

Desembargador Oswaldo de Sousa de Silva

○ rio é maravilhoso. Agora tem uma conversa de uma ponte entre o Brasil e a Guiana, onde já se encontraram os Presidentes Lula e Sarcozy outro dia, mas está só no papel, esperando quem dê a primeira verba.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Pode ser, porque a mulher do Sarcozy é filha de brasileira; a mãe dela é brasileira, casada com um italiano.

E aqui em Brasília, Dr. Oswaldo, como foi aqui em Brasília.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Aqui em Brasília fui feliz. Quando fiz o concurso para Juiz de Direito de Territórios, já havia voltado à cidade de Macapá e já havia sido promovido a Promotor Público, Então, quando vim fazer o concurso para Juiz de Direito, a essa época criado pela Lei nº 6.5..., aquela que fundiu os quadros dos Territórios com o Distrito Federal, mas não me lembro, sei que é a seis mil quinhentos e pouco. Essa lei fundiu os quadros dos Territórios com Brasília. Então, fiz o primeiro concurso para Juiz de Direito Pleno de Território. Entrava aqui: se quisesse ficar, ficava aqui como Juiz de Direito Substituto; se fosse para lá, ia Pleno.

Fiz o concurso e fui aprovado. Não foi grandes coisas, porque eram apenas noventa e cinco candidatos e só passaram onze. Mas consegui, após já maduro,

pois entrei na magistratura já idoso. Optei pelos Territórios e fiquei mais dois anos. O Tribunal prometeu que me removeria quando tivesse os dois anos e, realmente, fez: o Tribunal cumpriu o prometido removendo-me, quando estava com dois anos de Território, para Brasília. Mas só fui removido, definitivamente, oito meses depois, por um fato muito singular.

Houve a eleição para Presidente da República – que era o General Figueiredo –, que era feita pelo Congresso, indiretamente, mas ele fez a campanha no Brasil inteirinho, e passou lá no Território fazendo comício. O principal orador dele era o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi Akel, realmente um grande orador. E lá, eu já estava na hora de vir, o Tribunal havia me removido... Então, havia um deputado chamado Antônio Pontes, que foi Deputado Federal no Amapá por dezesseis anos, já faleceu, e entendeu por bem solicitar ao Ministro na minha presença para que desse uma olhada nesse processo, porque estava muito longo. E ele disse: “O que está acontecendo é o seguinte: eu fico atrás do Figueiredo o tempo todo, fazendo discurso, e não tenho tempo de assinar os papéis”. Eu disse: “Então, quando o Senhor chegar em Brasília, o Senhor faz a gentileza, porque estou esperando há quase oito meses”. Ele disse: “Pode deixar”. Ele fez a remoção, oito meses depois.

Fui lotado em Taguatinga, na 2ª Vara Criminal. Já tinha vindo o Dr. João Alves de Oliveira, que fez outro concurso que era só para Território, mas com a união foi permitida a vinda dele; Dr. Gilberto de Sousa Sá, também do concurso do João, que não era desses que permitia que o cidadão entrasse aqui ou lá, era só lá, vieram também para Brasília. Não quiseram esperar para ser Desembargador, assim como nós. Como

o grande amigo Rios, que não quis esperar, cansou de trabalhar.

Doutor Sebastião Rios Correa

Não, não cansei de trabalhar, porque trabalho até hoje.

Desembargador Oswaldo de Sousa de Silva

Alguma coisa fez você diminuir o ímpeto, foi você e o Jarbas Fidelis de Sousa, não me esqueço. Todos dois poderiam ser Desembargadores aposentados, tranquilamente. Jarbas já está lá com Deus, já faleceu.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Mas, vindo para Brasília, fiquei na Vara Criminal de Taguatinga, 2.a Vara. Uns quatro meses depois, fui removido para a 3.a Vara Criminal do Plano Piloto, e aí permaneci mais ou menos uns doze anos, quando fui convocado para o Tribunal, pela primeira vez, para responder como Desembargador, na vaga do Desembargador licenciado, Dr. José Augusto Figueiredo Branco, que estava de licença médica há um ano e sete meses, mas só poderia sair completando dois anos de licença. Fui convocado e permaneci na vaga dele direto, sem mais nenhuma convocação, e foi o primeiro caso de Brasília: um ano, sete meses e cinco dias, convocado no lugar de um Desembargador. Já faziam até confusão, já me chamavam até de Desembargador. Quando ele aposentou, fui sub-

metido à vaga dele por merecimento e fui promovido por merecimento à vaga desse Desembargador.

Vim para o Tribunal e não permaneci mais do que dois anos. Os Colegas até foram muito benevolentes comigo, trazendo-me, porque eles consideravam que eu devia passar pelo Tribunal. Fizeram isso comigo, mas me deixaram numa situação embaraçosa, porque o número um era o atual Desembargador João Mariosi, que ficou muito agastado porque fui promovido na frente dele. Mas disse para ele: “Desembargador, consulte todos os Colegas do Tribunal se eu fui a algum pedir alguma coisa: Se você encontrar algum que diga, vamos juntos que vou desmentilo agora”. Não sei se ele foi ou não, acredito que não foi. Mas a verdade é que voltamos às boas e fizemos as pazes. “Você é jovem, a primeira vaga é sua por antiguidade”. E assim aconteceu. E foi logo, e continua meu amigo, é do meu concurso, nos damos muito bem.

Fiquei no Tribunal, aqui fui muito bem acolhido, fiz boas amizades, muitas amizades, um grande número de amigos no Tribunal, e veio a tal de aposentadoria compulsória, que prefiro dizer que é “expulsória”; jogou-me fora, me pegou. Mas eu não tinha saído antes, porque não sabia o que ia fazer depois de passar tantos anos na Justiça. “O que eu vou dizer ao meu eleitorado?”. Então, fiquei na minha. Fui-me embora para casa, e todo dia vinha para cá na hora do lanche. Eles falaram: “Vamos te dar serviço, você está aqui sem trabalhar, vamos te dar serviço”. Eu disse: “Pode mandar, porque não posso mesmo”. Me lembrei do Juiz lá do Território, que aceitou minha sentença. Fui diminuindo, diminuindo e um dia um Colega, muito meu amigo, disse assim: “Olha, o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo impediu que

aposentados freqüentassem a sala de Desembargadores”. Ele estava sugerindo que fosse também proibido, não é, mas não proibiram, mas fiquei com essa lembrança muito triste desse Colega. Também não guardo mágoa não. Não sou muito assim.

Teve um caso interessante Desembargadora Maria Thereza, com a Senhora, não sei se a Senhora se recorda. Vamos ver se a Senhora tem boa memória.

Eu estava lá na minha Vara, ainda, não tinha sido convocado ao Tribunal, quando transferiram dois funcionários da minha Vara para outra, e um era o meu Secretário, era os meus braços. Aí, corri até a Desembargadora Maria Thereza: “Desembargadora, transferiram dois funcionários meus: um é meu Secretário e um eu até que abriria mão. A Senhora não fez nenhuma consulta!”. A Senhora se lembra o que me respondeu?

Desembargadora Maria Thereza Braga

Não, não lembro. (risos)

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Então, é melhor não dizer. (risos)

Desembargadora Maria Thereza Braga

Pode dizer.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

“Sou Corregedora, não preciso consultar Juiz”.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Desculpa. Desculpa atrasada.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Já que é uma digressão o que estamos fazendo... Eu disse assim: “Desembargadora, é o seguinte, a Senhora me conhece, a Senhora é a Corregedora e sabe quais são os Juizes que trabalham neste Tribunal. Sou muito trabalhador, mas ao perder o meu Secretário, aviso a Senhora que vou ser um Juiz muito tranqüilo, vou decidir bem devagar, viu?”. Aí, a Desembargadora chamou a irmã daquele que foi Diretor, aqui, várias vezes – um que era dentista, o Dr. Valter –, a D. Lucy. “Ah, D. Lucy, a Senhora fez a remoção de dois funcionários que trabalham com o Doutor Oswaldo, um é o Secretário dele, a Senhora sabia?”. “Ah, não sabia”. “Então, a Senhora desfaz esse ato agora, e o outro pode mandar”.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Olha aí, salvou a pátria. Manteve a autoridade e salvou a pátria.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Não podia perder o Secretário... Mas eu estava falando em termos mais ou menos educados, não é? De forma que, esse fato, nunca me esqueci. A Desembargadora sabia que eu era trabalhador, me arrancou dois funcionários! (risos)

Esse rapaz, ainda hoje – ficou doze anos comigo – é o Secretário do Dr. João Batista, que é o quinto ou sexto Juiz aguardando para ser Desembargador; Dr. João Batista Teixeira, hoje Juiz Titular da 7.a Vara Criminal. O Juiz João Batista ficou no meu lugar. Ele era do Cível e foi convocado para o meu lugar, passou uns três ou quatro meses: “sou civilista, sou civilista”. Voltei lá e ele disse: “Não, agora sou criminalista”.

“Então, o crime compensa?”. “Compensa”. E ficou sendo criminalista. Ele está aí, é o sétimo ou o oitavo para Desembargador. Daqui uns quatro ou cinco anos ele estará chegando.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Desembargador, onde o Senhor estudou e onde o Senhor nasceu?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Vou dizer onde iniciei os estudos. Primeiro, vim do Rio de Janeiro para cá como funcionário. Eu era Oficial de Polícia, da Polícia do Piauí. Fiz o curso de Oficial de Polícia no Rio de Janeiro e fui servir lá porque eu era bolsista. Quando eu já era Capitão... Fui declarado aspirante aos 21 anos de idade, lá no Rio, e fui servir no Piauí. Fui 2º Tenente com 21 anos e meio, fui a 1º Tenente com 23 anos e fui a Capitão com 25 anos. Estava com uma carreira assim meteórica, uma loucura! Eu ia ser Major com 28 anos ou 29. E Coronel, eu saíria com 38 anos, o fim da carreira. Mas, quando eu estava como Capitão, aos 28 anos, tentei salvar o meu casamento e pedi demissão do Posto de Capitão da Polícia Militar do Piauí e fui para o Rio de Janeiro ser civil. Consegui um trabalho lá e fiquei trabalhando, com a minha família, porque a minha mulher era carioca. Depois, vim removido para Brasília. Quando criaram Brasília, solicitei a minha remoção para cá. Não queriam dar, porque não havia imóvel para morar. Era difícil. Mas eu disse: “Não, vou para a casa do meu irmão, ele me deu um

quartinho lá para eu ficar com meu filho”. Foi quando eu vim. O Presidente do IAPC daquele tempo gostava muito de mim, eu já era conhecido lá, porque era chefe da Sessão de Pessoal. A Sessão de Pessoal tinha uma legislação muito difícil. E os Procuradores sempre foram muito quietos, tranquilos; a gente dava um parecer e eles chamavam lá: “Oswaldo, está assinado, você tem convicção disso aqui?”. “Tenho”. “Visto, aprovado”. (Risos) “Aprovado”. Fiquei conhecido. Quando eu disse “quero ser removido”, consegui convencê-lo por intermédio do Procurador Geral do Banco do Brasil, que era do Piauí, muito amigo nosso, da família, Cláudio Brasil Pacheco, que disse: “O Presidente tem uma dívida comigo, vou fazer o pedido da sua remoção”. Vim removido para Brasília e fiquei com Bernardino um pouco. Depois, consegui um local para ir e fui morar sozinho. Mas foi assim que cheguei à Brasília.

Daí, então, comecei: “Vou voltar a estudar”. Convidei um colega para fazermos vestibular... Primeiro, fiz um vestibular aqui em Brasília, em 1967, na Universidade de Brasília. Fui fazer esse vestibular com um colega, mas ele, primeiro, me convidou para fazer vestibular em Uberlândia. “Rapaz, mas é ruim fazer vestibular fora, porque a gente vai fazer faculdade de fim de semana, é difícil, não aprende nada”. E eu não queria ser Bacharel em Direito, nunca quis. Resolvi fazer aqui na Universidade de Brasília e, nesse vestibular, pedi como primeira prioridade Jornalismo, segunda prioridade Diretor de Cinema, e terceira, Direito. Passei para Jornalismo e passei para Diretor de Cinema; não passei para Direito. As duas, os horários coincidiam com o meu horário de trabalho e não tive condições de compatibilizar, não pude começar. Veio esse meu colega, professor de Educação Física

– porque eu era, aqui,
nes-

se momento, professor de Educação Física; acumulava dois cargos, fiz dois concursos, podia acumular – e disse: “Vamos fazer vestibular lá, em Uberlândia?”. “Vamos”. Nessa época, conheci o Doutor Jobim, e ele não era formado, também. Eu o conheci e disse: “Jobim, você não é formado, vamos fazer um curso lá em Uberlândia?”. “Ah, vamos!” Entusiasmou-se, o outro colega também, fizemos aqui uma preparação rápida, com um professor de português que era meu amigo do Piauí e fomos lá fazer o vestibular. O Jobim desistiu. Eu e esse colega fomos, fizemos o vestibular e passamos bem, lá na cabeça. Mas só fui lá de volta, depois do vestibular, em julho fazer uma prova; fui em novembro fazer à segunda; fui em fevereiro fazer a segunda chamada, porque havia perdido em faltas. Fui fazer a segunda chamada e fui aprovado no primeiro ano de Direito em seis matérias. Eles deram seis matérias por curso regular. Aquele curso antigo: seis disciplinas. Eu disse: “Olha, mas aqui não vai dar não, desse jeito, três vezes que eu venho aqui, já estou com um ano feito e não sei nada. O que vou fazer? Joguei-me na Universidade de Brasília. O Ministro Cernicchiaro era o Chefe do Departamento de Direito, era Juiz do Tribunal, eu não o conhecia, mas o Bernardino era o Procurador da Universidade de Brasília, se dava com ele, era advogado da Universidade de Brasília, falou com ele e ele disse: “Muito bem, vamos fazer essa remoção”. Fiquei batalhando. Pedi tudo que tinha feito lá em Uberlândia, e eles consideraram seis créditos. Deram-me seis créditos e entrei na Universidade de Brasília, removido dessa Faculdade, e terminei o curso.

Mas aconteceu um fato interessante, porque era cinco anos o curso, e fiz em quatro. Fiz um lá, me deram seis créditos, aqui, com três anos que tinha feito todos os créditos. Porque todos os intervalos entre o primeiro semestre e o segundo, e o fim do ano e o primeiro eu fazia as maté-

rias pré-requisitos. Quando era no semestre seguinte eu já fazia a matéria destinada. Com três anos eu terminei, com o de lá quatro. Fiz o curso em quatro anos. E o Aquiles, vocês conhecem, é advogado?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Aquiles Rodrigues de Oliveira?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Eu acho que é ele. O Aquiles já ganhou não sei quantos prêmios em Natais; ele enfeita a casa dele tanto que já ganhou vários prêmios de iluminação na porta da casa dele. O Aquiles fez em três e meio, esse foi recorde. Fiz em quatro, mas trabalhava em dois horários, a tarde inteira como professor de Educação Física, um sol terrível, aquilo mata a gente, e era subdiretor de um ginásio à noite em Taguatinga. Quando vinha, era meia-noite para casa. Tinha de estar às sete horas da manhã lá na UNB para pegar a aula do Des. Leal Fagundes. Chegava sete horas da manhã e ele já havia feito o esquema dele todinho no quadro e já ia iniciando a aula dele sete da manhã. Aproveitei bem. Foi um sacrifício grande, mas valeu à pena.

Doutor Sebastião Rios Correa

Desembargador, mas o Senhor não respondeu ao questionamento da Desembargadora Maria Thereza Braga, onde você nasceu, onde você fez os seus estudos.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Sim, isso aí, no meu currículo consta tudo.

Nasci na cidade de Jeromenha, uma cidade que fez duzentos e cinqüenta anos, não é?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

É a cidade mais antiga do Piauí.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Nasci nessa cidade, meu pai era farmacêutico prático. Passou doze anos em Manaus, morando na casa de um primo que tinha farmácia. Ele aprendeu lá. Voltou para o Piauí e, quando casou, já tinha essa farmácia, mudou para o povoado que era Porto Seguro, e levou a farmácia.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

É, Porto Seguro. Vivia da farmácia. Ele fazia muito remédio. Ele era autodidata, escrevia bem, era poeta, era jornalista, era um homem muito inteligente.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Papai recebeu, em Manaus, um título de farmacêutico federal. Foi uma comissão de farmacêutico, examinou lá. Ele podia ter farmácia em qualquer local do Brasil, como farmacêutico. Antigamente tinha isso.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Ele fazia muito remédio.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Ele era um dos melhores farmacêuticos do Brasil.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Daí, eu fiz o primário naquele povoado. Quando eu fui para Porto Seguro, eu era pequeno ainda, não tinha entrado no primário. Lá terminei o primário, e, quando terminamos o primário, o meu pai conseguiu ir para Teresina, sem a farmácia. Ele vendeu a farmácia, conseguiu um emprego público muito pequeno e vivia com muita dificuldade para colocar os filhos para estudar. Então, lá em Teresina, fiz um curso que se chamava curso de adaptação, que é uma espécie de pré-vestibular para entrar ou na Escola Normal ou no Ginásio.

No Ginásio, fiz o exame de admissão; para poder entrar. Agora, na Escola Normal é que tinha de fazer o curso de adaptação.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Terminava o curso primário e fazia dois anos de adaptação para entrar na Escola Normal.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Em Teresina, fiz esse pré-requisito para a Escola Normal, mas não fui, e fiz o exame de admissão para o Ginásio, era o Liceu Piauiense, o único Ginásio que havia do Governo do Estado. Tinha outro, mas era dos padres, Colégio Diocesano. Daí, terminei o Ginásio, onde fui colega contemporâneo do Petrônio Portela e do Francelino Pereira.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Francelino Pereira, Governador de Minas.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Fomos contemporâneos. Eles moravam em uma república, na casa de um padre casado, onde estudei para o exame de admissão.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Padre Moisés Pereira dos Santos.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Padre Moisés foi meu professor de Português no Ginásio. Ele sabia muito latim. Então, esse padre, quando a gente chamava “Seu Moisés”, ele dizia: “Eu sou padre Moisés, ouviu, bicho feio?”. Falava assim: “Bicho feio, eu sou padre aqui, no céu ou no inferno, aonde eu chegar”.

Realmente, eu vi, agora, um bispo dizendo a respeito desse padre aqui que estava casado, fazendo casamento, e ele disse: “O padre perde de fazer esses sacramentos, essas coisas, mas não deixa de ser padre nunca”. Um bispo aqui de Goiás disse isso. Então, era verdade o que ele dizia mesmo, que era padre em qualquer lugar.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Ele era padre lá de Jeromenha, mexeu com uma moça, filha de um chefe político, e fugiu. Mandaram buscá-lo no interior e levaram-no amarrado. Casou-se e largou a igreja.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

O pai da moça mandou pegá-lo lá na cidade de Parnaíba, que já era bem pertinho desse lugar onde você andou lá, viu? Parnaíba, no Piauí. Pegaram-no lá e trouxeram. Agora, o seguinte: “Ou casa ou vai morrer?”. Casou. Teve oito filhos e todos foram muito bem sucedidos na vida, lá no Estado. Eles são gente muito boa. E ele gosta-

va tanto de papai, e a dificuldade de papai era tanta, que ele não cobrava a mensalidade.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Todos nós estudamos no colégio dele para fazer o exame de admissão. Ele não cobrou dos quatro irmãos.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

E ele não cobrava, para ajudar papai. Era um homem bom.

Eu fiz esse curso, no Rio de Janeiro, de Oficial de Polícia; foram quatro anos, deu-me já um curso superior. Fiz o Curso de Educação Física, no Exército – já era oficial –, também tem registro “A” lá no Ministério da Educação; já era outro curso superior que eu tinha. Mais o Curso de Direito. E quando eu fui fazer o Concurso para Defensor Público, no exame de títulos o meu examinador era o Dr. Nicodemus e ele disse assim: “Eu estou aqui com os títulos do Doutor Oswaldo”, e eu estava presente, (podia estar lá presente). A Juíza Ilda disse: “Ah, esse aí eu já vi, esse aí tem três títulos, mas que não interessa não; negócio de educação física é lá para as neguinhas dele. Só vou dar a notinha que ele tem do Curso de Direito, que é 0,5; essa é a minha nota”. Com muito favor lá, com alguma coisa que eu tinha, ainda tive 3.0 de Títulos, senão teria sido muito bem classificado.

Mas foi nessa daí – porque como estamos fazendo digressões a todo o momento – que o Hélio Fonseca, que não me conhecia, nem eu a ele, disse: “Rapaz, ele não é o irmão do Bernardino”. A Ilda disse: “Começou a marmelada, já quer ajudar o sujeito que é irmão do colega. Comigo não tem disso não. E o senhor Hélio

já foi muito protegido na vida, porque fizeram um decreto trazendo-o e ao Promotor..." José Lourenço. "Estavam lá em Roraima e vieram com um decreto. Arranjaram um decreto fajuto, vieram para Brasília de favor e já querem ajudar os outros aqui, fazendo marmelada?". O Hélio disse assim: "Dr..." – o Hélio é um gentleman, parece uma moça, mas o Hélio, nesse dia, perdeu a esportiva e disse: "Doutora, só não lhe dou um murro na cara, porque a Senhora é mulher". Foi mesmo assim, viu?

Eu arrango cada troço na minha vida, na minha passagem de vida. Engraçado! Ofendeu o Hélio, assim, barbaramente.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

O Hélio era educado, tratável.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

E ele soltou essa para ela, viu? E sabe quem era a única pessoa do Ministério Público que dava bola para ela. Era esse bem aqui, oh?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Foi uma grande amiga minha.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Levava ela para os clubes, porque ela não ia. "Bernardino, me leva, e a minha filha; ninguém gosta de mim". O Bernardino levava. Ela fez isso em troca para o Bernardino.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

A Ilda era uma pessoa sofrida. Ela morava com a avó, a avó teve uma doença e morreu no hospital; caiu da cama e ela pegou ojeriza por médico.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

O médico foi depor na Vara da Família e ela começou a xingar o médico. Foi uma dificuldade para tirar ela da sala.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Eu estava lá no dia. Era lá no Bloco VI da Esplanada. Entrou a enfermeira lá, a Ilda era Curadora da 5ª Vara de Família com o Dr. Elmano Cavalcanti de Farias, como Juiz. O Elmano era o Juiz da Vara e o datilógrafo era o Irineu. Ela chegou – a mulher entrou toda fardadinha de enfermeira —: "Bota essa mulher daqui para fora! Não quero ver nem a cara!". "Mas essa mulher é testemunha! Como é que pode?". "Não quero saber. Bota para fora!". O Elmano chegou: "O que é que está havendo?". "É que essa mulher aqui não vai ser ouvida". "Espera, o Juiz da Vara sou eu". O Elmano era aquela tranquilidade, e então fez isso: "Não, o Juiz da Vara sou eu, Doutora, e eu tenho de ouvi-la. Se a Senhora não quiser, pode deixar que eu peço um substituto para a Senhora."

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Fui eu quem fez a audiência.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Foi ele quem fez, está vendo.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Ela saiu chorando.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

A última foi o seguinte: ela estava semimorta na cama, com câncer, e a minha amiga Desembargadora, que aposentou agora, Desembargadora Aparecida Fernandes, disse: “Doutor Oswaldo, a Ilda gosta tanto do vatapá que a Cleonice faz. Será que você não poderia fazer um vatapazinho e levar para ela antes de morrer?” Eu disse: “Está bem. Não tem problema não, eu vivo perdoando todo mundo”. Levamos um vatapazinho para ela, ela deitada na cama, comeu o vatapá: “Oh, Cleonice, você não sabe o bem que me fez”. Comeu aquele vatapazinho, daí a uma semana ela morreu.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Ela teve esse trauma da morte da avó e ficou sozinha.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Era igual ao Orlandino. Você não era do Ministério Público, mas sabe, o Orlandino não tinha nenhum amigo no Ministério Público, o único era ele (Bernardino).

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Era meu amigo.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

A nossa família tem disso, sabe.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

No enterro do Orlandino, lá na missa, só fui eu; do Ministério Público ninguém foi.

Desembargadora Maria Thereza Braga

O Doutor Orlandino morreu? Eu não sabia.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Morreu faz muitos anos já.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Como nós dois, que fomos – o Senhor, o Lincoln e eu – à missa do Doutor, aquele que foi o nosso Juiz aqui, e Juiz do Trabalho também. Lembra, encontramos na Nossa Senhora de Fátima. Eu esqueci o nome dele, agora.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Eu sei, foi presidente do Júri, o Brito.

Desembargadora Maria Thereza Braga

José de Brito. Os únicos eram o Doutor Bernardino, eu e o Lincoln Magalhães da Rocha. Não era, Doutor Bernardino? Ninguém mais eu vi, da Justiça, lá.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Porque foi candidato e terminou rompendo com os Desembargadores, com todo mundo. Ele foi candidato a deputado em uma ou duas eleições, e terminou brigado com todo o mundo, se afastou.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Enquanto isso, vamos conversar com o Doutor Bernardino.

Doutor Sebastião Rios Correa

(inaudível)

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Desde junho de 70.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Eu vim para cá, para Brasília, em 1960. Vim com dois colegas, o Dr. Firmino Ferreira Paz, Procurador da República, e o Sérgio Ribeiro da Costa, que era filho do Ministro Ribeiro da Costa. Viemos tomar conta do escritório de um americano, Richard Paul Momsen, lá do Rio de Janeiro, quando os Tribunais mudaram-se para cá: o Tribunal Federal de Recurso, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Eleitoral e o do Trabalho. Nós viemos para cá para tomar conta desse escritório que tinha filial em Nova York, em Buenos Aires, em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Brasília. Viemos para cá – eu, o Firmino e o Sérgio. Então, estivemos nesse escritório muito grande e tive contato com todos esses ministros. Fiz amizade com o Ministro Ribeiro da Costa, que era pai desse colega nosso. Saía com ele, às vezes para jantar. Era um homem de bem, foi um grande ministro do Supremo Tribunal Federal. Quando veio a Revolução, quiseram cassar um ou dois Ministros do Supremo e ele não permitiu. Disse: “Eu fecho o Tribunal e deixo a chave aqui com o Presidente, mas não permito que cassem nenhum ministro”.

O Ministro Ribeiro da Costa foi um homem ímpoluto ali no Tribunal, muito respeitado. Até me lembro um dia que fui a uma festa lá no Supremo. O Marechal Dutra veio, eu estava no coquetel lá com os Ministros do Supremo, ele chamou o Marechal Dutra e

me apresentou: “Doutor Bernardino, advogado em Brasília, aqui dos Tribunais Superiores”. Cumprimentei o Marechal Dutra, que foi o fundador do Tribunal Federal de Recursos, no Governo dele, lá na constituinte quando criaram o Tribunal, 1946.

Mas vim para cá em 60. O Tribunal de Justiça ficava ali, no Bloco VI da Esplanada dos Ministérios, o segundo bloco depois da Catedral. O Bloco VI tinha o Tribunal Federal de Recursos, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal de Justiça e o nosso Ministério Público. Nós funcionávamos no sétimo andar; o Tribunal de Justiça no sexto; o Tribunal Federal de Recursos tinha salas de sessões no primeiro andar; o Tribunal de Justiça parece que era no quarto ou quinto andar, não me lembro.

Era um tempo difícil, porque não tínhamos móveis no Ministério Público. Então, eu me lembro que o San Roman conseguiu uma corrente e conseguiu uma cadeira, então ele deixava a cadeira acorrentada na mesa. Botou um cadeado para ter onde sentar, porque trabalhava em pé. Era uma dificuldade danada, não tinha verba para comprar as coisas e instalaram assim, sem meios. Foi uma luta. Mas depois, o Desembargador Sousa Neto veio para construir este Tribunal aqui, o prédio e o Tribunal. O sistema de ar-condicionado foi outra coisa que ele pôs em concorrência; foi uma fortuna naquele tempo. Mas ele fez tudo, era muito trabalhador.

Lembro-me até que ele, quando houve um concurso para Juiz, me chamou lá no último dia de fechar as inscrições: “Bernardino, assina aqui tua inscrição”. Eu disse: “Não tenho nem documento aqui, não tenho nada”.
 “Não, depois você apresenta”. Eu disse: “Eu não estudei”.

“Não precisa estudar, rapaz, você já está preparado”. Ele gostava muito de mim, me conhecia também. Eu era até um bom advogado, mas disse: “Não tenho vocação, Desembargador”. “Eu também não tenho e não sou Juiz? Fico no Tribunal de Recurso convocado para lá, dou votos, faço tudo lá, faço acórdão!”.

Lembro-me, também, que fiquei lá numa Vara de Acidente do Trabalho, numa Curadoria de Acidente do Trabalho. Até o Desembargador Milton Sebastião Barbosa foi Promotor lá, lembro-me dele. O Juiz era o Waldir Meuren. Fui Curador lá quatro anos, e o INPS tinha assim uns vinte ou trinta Procuradores. Todos os dias aquelas sessões, aquela luta com o INPS, e nós ali, eu e o Dr. Waldir. Fomos precursores, aqui no Brasil, em acidente do Trabalho. Muita coisa nossa, aqui, o Supremo colocou nas súmulas do Supremo: benefícios para acidentados no trabalho; na dúvida pelo acidentado, in dubio pro acidentatus; e outras coisinhas nós conseguimos. Uma luta muita grande.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Porque o Senhor não quis ser Juiz?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

É muito trabalho. Eu via os juízes trabalhando, levando os processos para casa, passavam a noite...

Desembargadora Maria Thereza Braga

De qualquer forma, o Senhor trabalhou demais. Sou testemunha disso, porque o Senhor foi Procurador comigo, na 2.a Vara de Família, e o Senhor trabalhava...

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Trabalhava, mas julgar os outros eu achava um pouco difícil, é aquela obrigação... Eu sempre fui assim mais libe-

ral e, no Ministério Público, eu vivia ajudando os colegas, toda vida ajudando aquele povo. Na Vara de Acidente de Trabalho, minha mulher até olhava meus bolsos e tirava o dinheiro, não me deixava trazer dinheiro, porque eu dava uma merendinha para um, uma passagem para outro, uma coisinha para um terceiro.

Lembro-me que um dia... Vinham esses acidentados de toda parte e ficavam ali. Eu ficava de olho no balcão. Uma vez, terminei umas duas horas da madrugada de atender esse pessoal, enchi o carro e fui levar até a Rodoviária. Quando fui sair do Tribunal, estava tudo fechado, não tinha mais porta para eu sair. O vigia não estava lá, e eu fiquei, e bati, e bati até conseguir sair lá por baixo. No outro dia, fui ao Desembargador Sousa Neto e disse: “Desembargador, tenho ficado trabalhando aqui até tarde da noite e queria que o Senhor me desse uma chave da porta do Tribunal”. Ele disse: “Bernardino, eu não faço isso porque não posso. Vou botar um funcionário para lhe acompanhar e ele só sai depois que você sair”. Fez isso comigo, deixava um funcionário do Tribunal de plantão para sair junto comigo e poder fechar a porta. Mas ficava até duas ou três horas da madrugada, e ainda pegava dois ou três acidentados e levava até a Rodoviária.

Foi uma luta muito grande. O Tribunal não tinha muita verba. Sousa Neto conseguiu instalar, conseguiu aumento do número de Desembargadores. Começou com sete. Tinha aquele do Rio, o Desembargador Hugo Auler, que era circunspeto. O Hugo Auler já era Desembargador; veio removido como Desembargador. O Sousa Neto veio como Juiz, era Juiz Criminal aqui e, quando fundaram o Tribunal, ele veio do Rio.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Eu fiz um curso com ele, e ele sentava do meu lado. Era aquele negócio de ADESG. O grupo dele não foi sorteado para apresentar, mas tinha direito a fazer perguntas. A pergunta era de no máximo dois ou três minutos. E ele começou a falar, passou dos três minutos e o Coronel acendeu a luz amarela. Depois, acendeu a luz vermelha e ele continuou falando. Ele falou uns quinze ou vinte minutos. O Coronel disse: “O homem ensandeceu”. Ele havia se preparado para fazer a exposição, mas não foi sorteado! (risos)

Desembargadora Maria Thereza Braga

Doutor Bernardino, conta da sua vida, de onde o Senhor nasceu.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Nasci na cidade de Guadalupe à época um povoado chamado Porto Seguro. O meu pai era chefe político lá, e quando voltou de Manaus para o Piauí, o Governador entregou a chefia política para ele e para um irmão dele de criação, foram juntos. Ele montou o primeiro jornal particular do Piauí, era no município de Jeromenha. Ele escrevia o jornal todo e levava para Floriano. Havia um Padre lá, que tinha uma gráfica, Padre Uchôa, e ele editava o jornal e distribuía lá em Jeromenha.

Jeromenha é o município mais velho do Estado. Foi fundado por aqueles Garcia D’Avila, portugueses que tinham uma casa muito grande na Bahia,

e tinham muito gado. O gado vinha pelo mato, pegando aquele sal-gema, até que chegavam às margens do rio Gurguéia, já no Piauí. Lá, ele fundou esse arraial, que era chamado Jeromenha, que era um convento lá de Portugal, numa cidadezinha de lá. Jeromenha foi se desenvolvendo e se tornou cidade, no Piauí. O meu pai viu que Jeromenha estava decaindo, os fazendeiros estavam saindo de lá, mandando os filhos para fora, para estudar, aí ele fundou, nas margens do Rio Parnaíba, que é o rio que separa o Piauí do Maranhão, num lugarzinho chamado Porto Seguro, uma vila. Mudou a farmácia para lá. Nós fomos. Eu nasci lá. O meu irmão, o Aquiles, foi com vinte e nove dias, numa tipoiazinha de braço, montado a cavalo. O Oswaldo tinha uns quatro anos, a mais velha, Ana Maria, tinha cinco anos. Havia ainda os irmãos Pedrinho e Maria Ester. Depois, o meu pai conseguiu elevar à vila e, depois, a município. Quando Getúlio Vargas, em 1942, baixou um Decreto-Lei de que duas cidades do Brasil não podiam ter o mesmo nome, a mais velha teria preferência. Então, havia Porto Seguro na Bahia, que era a mais velha do Brasil, a nossa tinha de mudar de nome e ele sugeriu o nome de nossa Padroeira, que era Nossa Senhora de Guadalupe. O Governador do Estado aceitou a sugestão e batizou o município de Guadalupe. Piauí. Fui o primeiro filho de lá formado. Depois, no outro ano, o Dimas Ribeiro da Fonseca também formou-se.

Doutor Sebastião Rios Correa

Só uma curiosidade. Quem era o Governador de lá nessa época?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

No Piauí?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Interventor.

Doutor Sebastião Rios Correa

Estou fazendo a pergunta, porque justamente era um parente meu...

Desembargadora Maria Thereza Braga

Não era o Correa?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Não, Vitorino Correa já foi depois, mais recente.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Vitorino foi depois de 1946. Dois mineiros foram interventores federais lá. Teve um do Rio de Janeiro, também... Quando mudaram o nome, o Governador já era o Leônidas de Castro Melo. Depois o Getúlio Vargas deu aquele golpe de Estado e os governadores ficaram como interventores. Ele ficou onze anos, e como tinha mais quatro, passou quinze anos no poder.

O Departamento de Estatística, que dava o nome para os municípios, aceitou o nome: Guadalupe. Quando o meu pai chegou em Guadalupe, a igreja era uma casinha de palha, muito pequena, e numa capa daquele almanaque do Biotônico Fontoura. Havia uma Nossa Senhora de Guadalupe estampada na contracapa, e alguém pegou um espinho de mandacaru e enfiou, assim na Parede de palha. Era a padroeira de Porto Seguro, Nossa Senhora de Guadalupe, que era aquela estampazinha do Almanaque do Biotônico Fontoura.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Essa eu não me lembrava.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Nós construímos a igreja de lá. O Oswaldo ajudou a carregar os tijolos, eu, toda a escola, todo mundo levando pedra, tijolo lá para cima do morro e conseguimos construir. Papai foi a Floriano e conseguiu uma imagem bonita de nossa Senhora de Guadalupe.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Esse Biotônico Fontoura, tinha uma mensagem, lembra? Era assim: Veja...

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Essa não era do Biotônico, não. É de outro. Era estampada nos bodes do Rio de Janeiro.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Era um xarope. Agora não estou lembrado bem. Mas era assim: "Veja, ilustre passageiro, o belo tipo faceiro que o senhor tem ao seu lado. E, no entanto, acredite, quase morreu de bronquite, salvou-o o Rum Creosotado". (Risos)

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Então, ficamos lá, nos criamos lá. O meu pai era o fundador do município, que depois conseguiu elevar à Cidade. Lá, o avô do Dimas era o chefe político contrário ao meu pai, Sr. Adelino Fonseca.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Avô do Dimas, Adelino da Fonseca, foi chefe político adversário do nosso pai, mas os dois se respeitavam.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Lembro-me de duas ou três eleições. Eram feitas

lá em casa. Havia um salão muito grande, que era o da escola, e ali ficava a urna.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

○ voto era secreto?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

○ voto era aberto. Até, teve uma passagem muito interessante. Chegou um caseiro lá de casa e foi votar; veio o filho dele e votou, já tinha vinte e um anos e votava; veio a mulher e votou em papai, direitinho, ali. Porque mostrava a chapa; ficava o chefe do partido político, outro e o mesário e ele mostrava a chapa. Quando veio esse cidadão, mostrou, e papai olhou e viu Adelino Fonseca. “Mas compadre Benedito, o senhor votando em seu Adelino? O senhor, um homem lá de casa?”. “Ah, meu compadre, me perdoe, é que se ele for eleito eu ajudo meus filhos, minha mulher, mas se o senhor for eleito, minha mulher e meus filhos me ajudam”. (risos) Meu pai disse: “Tá bom, tá bom”. Lá tinha lugar para todo mundo...

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Quando o voto secreto foi criado, ainda havia muitas dessas pessoas chamadas Coronéis, que encavalavam o voto e exigiam...

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Era vendido, fechado. Quinhentos votos eram quinhentos mesmo.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Então, esse sujeito foi chamado: “Olha, você vai votar nesse aqui, que é o nosso candidato”. Ele foi e votou lá na urna. Mas, depois, ele voltou e falou: “Escuta, eu não fiquei nem sabendo em quem eu votei!”. E o cara falou: “É assim mesmo, é a lei, o voto é secreto”. (Risos)

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Isso pode mandar gravar e mandar para a televisão, porque tem mais graça do que o que eles fazem lá. É engraçado.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Papai era Juiz de Paz lá também. Em Jeromenha, ele era Delegado Federal de Saúde, Chefe do Serviço Militar, era tudo...

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Não ganhava nenhum centavo, era só para colaborar.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Um dia, ele foi fazer um casamento lá e o noivo chegou um pouco cedo e foi tomar um banho no rio Parnaíba. Nós tomávamos banho até dez vezes por dia nesse rio: eu, o Aquiles, o Pedrinho, o Oswaldo, a meninada toda... E esse sujeito chegou e foi pular e pulou em cima de uma pedra. Furou a cabeça, sangrou e papai tratou, porque era o farmacêutico lá, servia de médico, farmacêutico, fazia tudo, porque não tinha médico... Tratou ali e ele foi para o casamento com aquele sangue correndo, com a roupinha branca toda suja de sangue...

Desembargadora Maria Thereza Braga

Quando o Senhor veio para cá, para o Ministério Público, o Senhor já havia feito concurso lá no Rio?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Não. Eu vim com esse escritório. Vim como advogado, tomar conta do escritório. E ficamos aqui até que entrei para o Ministério Público depois que casei. Minha mulher começou a protestar, porque advogado não tinha nem INPS, nós não pagávamos INPS naquele tempo. Advogado não tinha nada. E ela, com muito medo de uma doença...: “Faça um concurso”. Então, fiz o concurso para o Ministério Público, fui aprovado e entrei como Defensor, depois Promotor Substituto, Promotor, Curador, e depois, Procurador Geral.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Era Subprocurador Geral de Justiça. Procurador era o sexto cargo, mas era em comissão.

Entre para o Ministério Público assim. Fiquei no Ministério Público e deixei a advocacia, porque não podia acumular. Deixei a advocacia quando fui convidado para a UnB, também para advogado. O Reitor ficou sem advogado. O advogado de lá foi fazer um curso na Fundação Getúlio Vargas e indicou o meu nome. Então, o Dr. Laerte Paiva, Reitor, me chamou, conversou comigo e me nomeou Advogado da UnB. Foi quando aqueles setenta e dois professores saíram de lá brigados e foram para a Justiça do Trabalho.

Deixei a UnB quando veio um novo Reitor, e também não podia mais acumular. Veio o Decreto-Lei 200 que proibia acumular um cargo público com outro de Fundação, deixei a UnB e fiquei só como Promotor Substituto, que eu já era.

Estudei na Faculdade Federal de Direito do Estado do Piauí. Ia estudar Medicina, mas não tínhamos lá, e mamãe disse: “Não, você faz o vestibular aqui para Direito e, no fim do ano, você vai mais cedo para Pernambuco e fica estudando para fazer Medicina”. Eu entrei na Faculdade de Direito, gostei e fiquei. Era uma Faculdade que nós tínhamos lá e ela foi federalizada. Era muito boa; o ensino muito bom. Os professores eram desembargadores, pessoas nomeadas pelo Estado, pessoas antigas. Muito bons. O Cláudio Pacheco foi meu professor de Direito Constitucional, escreveu Comentários à Constituição do Brasil, em dez volumes. Foi Advogado e Procurador do Banco do Brasil, chefe do contencioso.

Formei-me em Teresina e fui fazer o curso de doutorado no Rio. Fui para o Rio em 1955. Matriculei-me na Faculdade Federal da Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Fiz dois anos de doutorado lá, Direito Privado. Fui aluno do Francisco Campos. Fui aluno do Desembargador Seabra Fagundes. Fui aluno daquele cearense, Professor Matos Peixoto que escreveu sobre Direito Romano, foi governador do Ceará. Fui aluno daqueles grandes nomes do Rio de Janeiro. Fui aluno do Aroldo Valadão, fiz até muita amizade com ele, foi meu professor no quinto ano da Faculdade de Direito, Direito Internacional. No quinto ano, fui para aquele Congresso Eucarístico e fiquei assistindo às aulas como ouvinte, lá no Rio de Janeiro. Assistia às aulas à tarde, ali na Universidade do Brasil, na Praça da República e, à noite, assistia na Faculdade do Catete. Lá no Catete fui aluno daquele que foi membro da comissão do Código Penal, o Roberto Lyra, que foi meu professor e o filho dele

foi professor aqui na UnB. De vez em quando ele estava comigo aqui no Departamento de Direito.

Fiz o curso no Rio, fui para o Piauí, fiz a prova final e depois voltei para fazer o curso de doutorado. Fiz lá no Rio dois anos. Fui colega do Ministro Moreira Alves; a mulher dele fazia o curso de doutorado comigo. Éramos oito ou dez. Aí que eu fui aluno do Francisco Campos – Chico Ciência, do Aroldo Teixeira Valadão que ficou muito meu amigo mesmo. Ele descobriu que eu era parente da mulher do Clóvis Beviláqua, e ele era louco pelo Clóvis Beviláqua, tinha uma paixão pelo Clóvis. Ele me mandava ir para o escritório dele, que ficava na Praça XV do Rio de Janeiro no Edifício da Bolsa de Valores, dali íamos de carro até à Faculdade Nacional de Direito.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

E a Regina Gondin não dava aula para você, não?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

A Regina Gondin, não. Quem dava era o Diretor da Faculdade de Direito, que era o Vice-Reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, também foi meu professor.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

A Regina Gondin e o pai dela odiavam o Clóvis Beviláqua. Eles eram adversários seriíssimos do Clóvis Beviláqua. Eles diziam que o Clóvis Beviláqua havia dado o golpe no pai dela para fazer o Código...

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

O Clóvis era interessante; ele casou-se com a D. Amélia, e o pai dela era Governador de Pernambuco. Ele foi Governador em três estados, o Desembargador Freitas, ele era Presidente do Partido Liberal e era Juiz Federal. Perseguido, quando o Partido dele perdia a eleição, ele era perseguido. Ele foi Governador do Maranhão, Governador da Paraíba e Governador de Pernambuco. O Desembargador Freitas era pai da D. Amélia de Freitas Beviláqua, que era uma mulher prodigiosa. Ela era prima legítima da minha avó; o pai dela era irmão do meu bisavô, mas quando cheguei no Rio o Clóvis já havia morrido. Tinha um primo dele, o Aquiles Beviláqua, que fazia a revisão dos livros dele, foi colega do meu pai lá no Amazonas, numa república. Papai foi para o Amazonas com doze anos e voltou vinte e tantos anos depois.

No escritório do Prof. Haroldo Valadão, lá no Rio, o Dr. Décio Meirelles de Miranda, e um filho do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, eram estagiários. Então, eu ia para lá. Ele me levava no carro, porque ele era Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Juiz Advogado. De dois em dois anos ele tinha uma reunião na Suíça – ele era Secretário-Geral do Comitê Internacional de Direito Privado – e quando ele voltava, toda a Faculdade de Direito, a quinta série, tinha de estar lá, quem não estivesse ele reprovava. Ficou muito meu amigo. Ele era mineiro. Um dia, ele me chamou para casa dele. Cheguei lá, aí veio uma garotinha. Eu falei: “Nossa, sua netinha é linda”. “Netinha o quê, Bernardino, ela é minha filha”. (risos) Ele separou da mulher e casou com uma aluna e tinha os filhos já formados em Direito e tinha duas filhinhas pequenas, que eu pensava que eram netas dele.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Ele tinha um irmão...

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Não, era o pai dele. Ele era o Haroldo Valadão e tinha o pai dele que era também professor da Universidade do Brasil.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Dr. Bernardino, me conta uma coisa: quando o Senhor se referiu àquele fato de que ficava trabalhando aqui no Tribunal até tarde da noite, o Ministério Público tinha local aqui?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Não, era lá no Bloco VI. Nós ficávamos lá no sétimo andar. Eu sou do concurso do Lincoln, nós entramos juntos ali. Do nosso concurso, logo uns oito ou nove fizeram concurso para Juiz, passaram lá dois, três meses e vieram para cá como Juiz. Veio o Eduardo, o Cernicchiaro – a turma toda –, o Coelho, o Romildo Bueno de Sousa e o Elmano Cavalcanti. Quase todos vieram para o Tribunal. O Lincoln não quis fazer o concurso, ficou lá no Ministério Público. Depois ele foi para o Tribunal de Contas. Fez para lá, mudou.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Não chegou a Ministro, não?

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Não, ele era sempre convocado.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Nessa Vara de Acidentes havia umas coisas interessantes. A Salima trabalhava com o Firmino. Depois, ele

saiu de lá, voltou para a Procuradoria-Geral, e ela foi trabalhar com o Gildo Corrêa Ferraz, que era Subprocurador. Um dia, teve um acidente de trabalho, que eu via o tempo todo, e ele disse que caiu e teve um problema na perna. Consegui a aposentadoria para ele pelo INPS, recebeu uns atrasados, e ficou muito bem protegido. Um dia ele veio lá do Núcleo Bandeirante, comprou uma melancia de uns vinte quilos e veio com aquela melancia de ônibus. Saltou ali na Rodoviária e foi até o Bloco VI para me dar essa melancia de presente, e andava com aquela melancia na cabeça. Eram uns vinte quilos, uma coisa imensa. E o Gildo viu aquilo e perguntou: Por que ele está dando isso para ele? Ele está recebendo suborno aqui? (risos)

Um dia chegou um lá, com uns jornais cheios de mandioca, de maxixe, e levou para mim de presente. E como eles não me encontravam, porque eu estava fazendo audiência numa sala e noutra, eles entregavam para a minha mulher, que trabalhava na Subprocuradoria, que ficava no quarto andar. E o Procurador lá viu, o Gildo, e ia atrás, saber como era: Será que eu estava recebendo suborno? Fazendo coisas para receber presente? Eu não podia recusar uma coisa dessas, não é? Eu dava uma gorjeta maior do que o valor do presente.

Quando eu ia para a Vara de Acidente do Trabalho, a Salima ia no meu bolso para eu não levar dinheiro. Tinha acidente ali com fome, família com fome.

Teve um caso lá, célebre, de uma viúva de um mestre de obra. Esse mestre de obras estava fazendo uma obra muito grande; estava no fim, já estava pintando. Um dia ele chega e encontra um candango com o pé na parede. Ele disse: "Tira o pé da parede que a está sujando!" E o cara ficou zanga-

do e foi de faca, matou o mestre de obras na obra lá. O INPS a pensionou pela previdência comum e, depois, a mulher dele andou lá, era muito pouco aquele benefício. Eu estive conversando com ela e perguntei como foi à morte. Ela contou e eu disse: “Não, isso é acidente de trabalho, a pessoa que morre defendendo o local de trabalho é acidente de trabalho, está na lei acidentária”. Entrei com uma ação, conseguimos ganhar essa ação e houve uma coisa muito interessante: a mulher recebeu um atrasado muito grande e foi lá me agradecer. Chegou um dia que eu estava lá no balcão trabalhando, com uma moça bonita, toda bem vestida, e disse: “Doutor, eu trouxe essa menina para o Senhor, é minha filha”. Respondi: “Não, lá em casa já temos a babá dos meninos, a cozinheira, não precisa não”. “Doutor, não é para isso não, eu trouxe para o Senhor; ela é menina limpa, bonita, para o Senhor sair com ela”. “Não faça isso com sua filha!” Cheguei em casa, contei para a Salima. Mas lá aconteciam esses fatos pitorescos, viu? A mulher trouxe a filha...ela é limpinha, Doutor. Eu pensei que era para trabalhar lá em casa, aí ela diz: é para o Senhor.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Sabia que o Petrúcio Ferreira morreu? Há dois anos.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Não sabia. Você conhecia o Petrúcio Ferreira?

Desembargadora Maria Thereza Braga

Muito.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Ele tentou ser ministro, mas não houve jeito.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Ele tinha uma resistência muito grande. Tinha uns dois ou três que não gostavam dele.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Quando ele foi perseguido por aquele cara da mandioca, aquele major da mandioca, que queria matá-lo e trouxeram-no aqui para Brasília. Colocaram-no no sexto andar de um edifício, e havia outro em construção do outro lado, desocupado. Ele colocou cortina no dele todinho, porque podiam subir por aquele outro e matarem ele lá dentro. Ele ia lá em casa com a pistola bem aqui na frente do corpo, camisa para fora e a pistola aqui. Ele não era muito medroso, mas tinha cautela.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Ele era religioso, não é?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Ele foi padre. Muito religioso. A mulher dele era descendente de alemão.

Doutor Sebastião Rios Correa

O Petrúcio não chegou a se ordenar.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Ele morava assim quase defronte do nosso edifício.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Estava bem na bica, quase na hora de se ordenar. O João Mariosi ordenou-se?

Desembargadora Maria Thereza Braga

Ele me contou que foi seminarista.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Uma história interessante com um colega, falando em seminarista, é a do Geraldo Nunes, que foi seminarista lá em Minas Gerais, naquele seminário grande de lá, que foi até desativado, e o colega dele era o Dom Geraldo Ávila, sentavam na mesma carteira. A carteira tinha uma tábua grande e, embaixo, tinha uma mesinha. O Geraldo gostava de ler um gibi, aqueles livrinhos. O padre, reitor de disciplina, proibiu de ler aquilo. Um dia ele chegou, levantou a carteira, pegou o gibi e disse: “Geraldo!” E ele disse que era do Ávila. O Ávila ficou calado, e ele viu que o Ávila era um santo. Ficou calado, teve de rezar não sei quantas mil Aves Maria, de joelho, no pé de uma porta. O Geraldo disse que ficou tão agoniado com isso, mas viu que o Dom Geraldo Ávila era um santo, porque não o denunciou.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Dom Geraldo Ávila morreu, parece-me, há um ano.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Morreu a dois anos, mais ou menos, de um câncer violento. Não sei se vocês se lembram que o processaram aqui, há uns seis anos ou oito; uma coisa sem pé nem cabeça. O processo caiu na mão do Jobim, que não encontrou crime nenhum e trancou o processo.

Desembargadora Maria Thereza Braga

O Dr. Bernardino tem de falar a respeito de quando o Ministério Público mudou para o oitavo andar do prédio novo do fórum.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Nós viemos e tínhamos quase um andar inteiro. Depois, o Tribunal precisou, andou tomando os lugares e ficamos quase sem lugar. Cheguei a ficar no lugar do Geraldo, e também do Dilermando, como Procurador Geral. O Geraldo, quando era Procurador, adoeceu, e fiquei como interino. Ele adoeceu e terminou se aposentando. Nessa época, consegui que ocupássemos dois andares. Depois consegui, com o Governo Federal, num prédio do INCRA, seis ou sete andares, e mudamos o Ministério Público para lá. Depois consegui a primeira verba para construir esse prédio. Foi na minha gestão. No orçamento da União, o primeiro pedido de verba para construir o nosso prédio, fui eu que pedi. Nos outros anos, a gente ia pedindo e a verba ia saindo anualmente.

Desembargadora Maria Thereza Braga

E aqui o Senhor só atuou na 1.ª Instância ou atuou também na 2.ª.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Eu, com o Dimas – ele me trouxe, eu não era nem Subprocurador, era Curador, mas ele me trouxe para atuar já no Tribunal, e fazia as sessões das turmas cíveis. Fazia também no eleitoral, fiz até um discurso de posse do presidente. Lembro-me que fiz um discurso de improviso e disse: Por nímia gentileza, Desembargador Honório... – parece que ele era o Presidente do Tribunal –, e

a taquigrafa não pegou bem e veio me perguntar o que significava “mínia”. Eu disse: “Não é ‘mínia’, é ‘nímia”.

Teve outra posse do Desembargador Presidente do Tribunal que foi interessante. Estávamos na sala de reunião, esperando para começar, os Desembargadores foram saindo, e eu fiquei por ali, distraído, quando vi já tinha ido todo mundo. Havia até feito um discurso, era o Procurador-Geral, tinha de discursar. Quando cheguei, estava o Roriz sentado no meu lugar. O Jézer, que era o Secretário, disse: “Bernardino!?”. Eu respondi: “Deixa, vamos deixar”. Tinha outra autoridade no outro lugar. Na vaga do Ministério Público estava o Roriz. Ele colocou uma cadeira para mim lá atrás e disse: “Como é? Vai fazer o discurso?”. Respondi: “Vou não”. “Vamos pegar um lugar, colocar uma mesa”. Disse: “Não vou não”. Depois, mandaram publicar o discurso no Diário Oficial sem eu ter feito.

Desembargadora Maria Thereza, tenho o discurso da sua posse, aqui no Tribunal.

Desembargadora Maria Thereza Braga

○ Senhor sabe que tenho ainda a gravação e vou lhe dar, deve estar na gravação que tenho, o seu discurso.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Falei em seu pai, também.

Desembargadora Maria Thereza Braga

É mesmo? Não me recordo de jeito nenhum.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Falei da sua educação em Portugal, Paris...

Desembargadora Maria Thereza Braga

○ Senhor tem esse discurso?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Penso que tenho em casa.

Desembargadora Maria Thereza Braga

○ Senhor podia trazer para colocar no site do Tribunal?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Está ótimo.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Ah, meu Deus, que boa lembrança!

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Lá no Supremo teve outro caso interessante. Quando o Firmino Ferreira Paz morreu, teve aquela sessão em homenagem ao ministro que morre; um ano ou dois depois eles fazem. Cheguei lá com o Oswaldo e a sessão já havia começado. Não chegamos cedo para dar o nome dos parentes, das pessoas que foram, aí não saiu, não tomaram nota. Mas o Secretário-Geral do Tribunal era muito meu amigo e disse que ia mandar publicar na imprensa. Não saiu na ata. Porque o presidente, na ata, agradeceu e não saiu o nosso nome. Era uma homenagem ao Firmino Ferreira Paz, que era nosso primo, mas saiu na publicação. O Diretor-Geral, que era um Desembargador de São Paulo, o Pedro, ele era

chefe de gabinete daquele ministro de São Paulo, que foi Presidente também.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

○ do processo do Collor; bateu o martelo e deixou o Collor ser cassado.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Doutor Bernardino, das áreas em que o Senhor atuou, qual foi a que o Senhor mais gostou?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Passei doze anos como Curador de Família, Órfão e Sucessões. Lá estive com a Senhora, com o Elmano, com todos esses Juizes que passaram por ali. Inclusive aquele que foi nosso vizinho, que me chamava de mestre, o José Hilário. Porque quando ele chegou, não tinha prática de juiz e pedia para mim: “vai falando, diga alguma coisa” na hora da audiência.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Não tinha prática nenhuma, mas era inteligente e foi um dos melhores quadros do TJDFT.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Era muito inteligente e preparado, porque havia sido padre, professor, defendeu tese, fez curso em Paris, era muito inteligente. Teve outro Juiz, que veio de Goiânia, também, que era muito meu amigo, gostava muito de mim, achava que eu esclarecia bem os fatos.

A Desembargadora Maria Thereza, quando chegavam aqueles casais para separação judicial, ela cobrava de mim: “Conversa com eles.” Quando ela chegava, eu já havia conseguido um acordo.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Exatamente.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Eu, como Advogado, não ganhava um tostão com o Direito de Família. Vinham aqueles casos de separação judicial, porque não havia divórcio nesse tempo, ainda, e eu ficava no escritório conversando com um e com outro; tinha lá uma caixinha de bombom, num vidro, uma “bomboniere” para dar para os filhos dos clientes. Não ganhava um tostão porque terminava reconciliando todo mundo.

Certa vez chegou um casal, que estava separado a uns cinco ou seis anos; um rapaz bonito, trabalhava no interior de Minas, e a mulher era funcionária aqui em Brasília, uma mulher loira, bonita, e ele também um tipão bonito, com filhos – tinham dois filhos –, mas consideravam que os filhos estavam sendo mal dirigidos, porque não tinham o pai em casa. Comecei a conversar sobre isso, a bem dos filhos, com ele e com ela. A Senhora marcou uma segunda audiência para eles voltarem. Quando vieram, já entraram na sala de audiências de braços dados, se reconciliaram. Foi uma coisa bonita e emocionante.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Será que foi a professora VilmaTourinho Maia.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Pode ser. Ela era alva, bonita, e ele era um rapaz bem aparecido, trabalhava no interior de Minas.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Quando fui Juiz de Família, em Macapá, fazia muita reconciliação.
Mas a

reconciliação, quando o casal já está muito abalado, não vai muito longe.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Conciliação, creio que fiz pouquíssimas. Conseguia era transformar o litigioso em amigável.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Sabe qual era o ponto principal que eu atacava, era o problema do dinheiro, a divisão. Se vocês já vivem em dificuldade vivendo juntos, imagine cada um para seu lado. “Você vai ter de dar pensão” – às vezes ele estava cabeçudo –, “tem de dar pensão para ela”. “Ah, não dou”. “Dá, se não der vai preso, porque se deixar de dar o juiz pergunta por que não, você não explica e o juiz manda prender, e vai tantas quantas”.

Sabe que, naquela época, podia prender por trinta, sessenta e noventa dias; fez uma prisão, não podia mais. Que nada, tantas quantas existissem, podia mandar prender de novo, é só indagar o sujeito por que não está pagando. Vem nos autos: “não estou pagando porque não quero, porque não sei o quê”. Então, trinta ou sessenta dias nele e, no mesmo dia, o dinheiro aparece. Mas era gostoso, acontecia isso, o dinheiro vinha no dia seguinte.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Teve um caso aqui na 1.ª Cível, que o sujeito pagou com cheque sem fundos. Foi decretada a prisão por trinta dias e ele pagou com cheque
sem

fundos. O advogado falou: “o homem já pagou”, e eu mandei liberar. Depois ele disse: Doutor, o cheque não tem fundo. Mande prender o cara por sessenta dias. O advogado disse: “não pode”. Respondi: “então, você vai recorrer ao Tribunal”.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

No Território tinha um vereador; o sujeito ganhava direitinho, gente boa, metido a sabidão. Não queria pagar. Eu disse: “É já que você vai pagar”. Decreei a prisão dele e, no outro dia, o dinheiro apareceu. Não tirou nem um dia de cadeia. Decreei, mas não foi preso porque sempre recomendava: “Só prendam se o sujeito disser que não vai pagar mesmo”.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

○ Senhor ficou quanto tempo lá?

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Entre o Amapá e Roraima, como Defensor Público, Promotor, Juiz Temporário e Juiz de Direito Pleno fiquei quase nove anos. Como Defensor Público fiquei uns dois anos; fui promovido a Promotor Substituto; aí peguei esse lugar de Juiz Temporário e fiquei três anos, podia ficar até quatro, prorrogável por mais quatro, mas não quis, quando deu os três anos saí. Depois, veio aquele concurso da Lei seis mil quinhentos e tantos, que fundia a Justiça dos Territórios com a de Brasília. Houve o concurso para os dois lugares: um para Juiz Substituto de Brasília e outro para Juiz de Direito Pleno de Território. Fui no Pleno para lá.

Mas aconteceu um fato muito triste para mim, porque a lei dizia claramente que, nas promoções, a minha posse
no

Território do Amapá era contada e fazia antiguidade. Cheguei aqui e me tiraram a minha antiguidade, colocaram doze juízes na minha frente. Doze! Na minha, não; na minha e na de todos os outros que tinham ido para Territórios: Desembargador Getulio Pinheiro; aquela moça que era parente do Meuren; o Augusto José Alves e mais uns outros. Nós entramos com uma ação, o Tribunal aqui negou, e quando chegou lá no Superior Tribunal de Justiça, o Relator foi um Ministro ex-Procurador da República ex-professor da UnB. Como era o nome dele, professor de Direito Penal, que já faleceu. O parecer do MP federal era favorável. Fomos injustiçados.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Era de Santa Catarina, o examinador do concurso do Ministério Público.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Ele deu ganho de causa para os juízes que passaram na frente da gente, doze juízes. Talvez não tivesse idade para chegar à direção do Tribunal, mas com aqueles ali, e mais os vinte e quatro desembargadores que recebemos, ainda penso que ainda pegava algum cargo no Tribunal. Mas o STJ negou. Não sei se subiu para o Supremo, nem fui ver mais, fiquei tão aborrecido que larguei de mão.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

A Doutora conhece Araxá?

Desembargadora Maria Thereza Braga

Conheço, sim.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Recebi uma carta de um primo meu, de lá. Já estou com essa carta há uns seis meses e ainda não respondi.

É do Dr. Fábio, filho do Damaso Drummond, que era o escrivão de lá, que ficou no lugar do irmão dele.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Ele não era pai do Olavo Drummond?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Não, era o Salomão.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

O Damaso era irmão do Salomão, que era pai do Olavo Drummond, que era nosso primo em segundo grau.

O Olavo Drummond foi Ministro do TCU, terminou sendo prefeito de Araxá, depois de sair daquele Tribunal.

Faleceu.

Doutor Bernardino Sousa e Silva

O Alberto Drummond era de Floriano e casou-se com uma tia nossa, irmã da minha avó, a tia Mundoca, Raimunda de Sousa. Esse rapaz fez essa carta para mim, soube que eu morava aqui, que era parente.

Um dia, estava com uns cachorrinhos passeando aqui na nossa Quadra, e chegou uma senhora, que era professora da UnB, com outro cachorrinho e começa a conversar comigo. Disse que era de Araxá, e eu falei que tinha uns primos lá, o Olavo Drummond. E ela disse: "São nossos vizinhos, muito amigos...".

Desembargadora Maria Thereza Braga

É um homem de grande valor, não é?

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Eu disse: “Tem o Damaso, lá”. Ela respondeu: “O filho dele é o Fábio, é muito meu amigo. Me dê seu endereço”. Ela escreveu para ele, mandou um e-mail. Ele mandou vários lá para casa, mas eu não falo em Internet, nem nada, e ele terminou fazendo uma carta.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Penso que a gente pode encerrar.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Sempre na minha vida de Ministério Público e de advogado, tive um grande apreço pela magistratura, começando pelo Ministro Ribeiro da Costa, que era meu amigo pessoal, um homem de bem, de fibra, era um tipo, assim, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, de caráter. Passando pelos daqui, o Desembargador Sousa Neto, que era muito meu amigo, meu conterrâneo, fazia questão de ser amigo mesmo, freqüentava a casa dele, ele ia lá em casa. E os outros Desembargadores, vocês todos, sempre respeitei muito, principalmente o trabalho, o labor, porque considero um trabalho insano o dos juizes; precisamos de mais varas, uma equipe mais organizada para já levar os processos pelo menos divididos por assunto.

Acompanhei toda a trajetória do Tribunal de Justiça, a partir do Bloco VI da Esplanada. O Desembargador Lúcio, nosso vizinho, foi quem me casou. Na época, era juiz de casamento, fez o nosso casamento. Tive um grande apreço por todos os magistrados.

Como membro do Ministério Público, sempre considerei muito, respeitei todos os juizes com quem trabalhei. Os magistrados, tratei-os da melhor maneira possível, como é devido.

Quis muito que meu filho fosse juiz, mas ele não conseguiu; parou de fazer concurso, parou como advogado da Câmara dos Deputados. Ele está lá, tranquilo e satisfeito. Já escreveu alguma coisa, está estudando Inglês, estudando Filosofia.

Mas uma vida dedicada ao Direito a que eu tive. Passei minha vida lutando pelos menos favorecidos, ajudei os colegas. Minha luta no Ministério Público foi a de ajudar os colegas. Ajudava sem sair da legalidade. Ajudava como podia, tanto é que só fiz amizades. Leal com todo mundo.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Professor ambulante de todos os advogados jovens.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Tinha essa coisa. Como Curador, eu era assediado por advogados do Brasil inteiro. Vinham-me procurar, tanto no Acidente do Trabalho, vinha gente de toda a parte, como na Vara de Família, muita gente vinha atrás. Fomos precursores, também, nessa questão do divórcio também. Brasília teve um “élan” no Brasil inteiro; as Varas de Família de Brasília se destacaram muito no País. O livro de folha solta dos cartórios é trabalho nosso, também, nosso e do Eduardo Ribeiro. Os atos cartorários eram lavrados em livros estantes, escrito a mão. Foi conosco que começou o livro a ser mimeografado e colocado folha

por folha, feito um livro, que foi um trabalho que facilitou muito os cartórios.

Depois de aposentado, durante quinze anos, nunca mais peguei em nada. Pensei que fosse advogar com meu filho, cheguei a montar um escritório muito bom, mas vi que não tinha mais ânimo, já estava cansado. Lidando com processo, levava processo para casa. Agora parei com isso, agora tenho levado uma vida mais tranqüila, só de longe vendo as coisas. O Tribunal, por exemplo, eu já não conheci mais. Chegamos aqui para a primeira entrevista, não conhecia nada aqui. Nem conheço ninguém dos cartórios, ninguém me conhece mais, não são do meu tempo. Eu chego nas Varas e ninguém sabe.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Como nós todos. A não ser o Hermenegildo.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

A gente chega ali, encosta: “Fui doze anos Curador dessa Vara aqui, fui Curador aqui da Vara de Família”. “Ah, o Senhor? Quando foi isso?” Passei por todas elas. Fui Curador de Menores, também, uns nove meses, despachei uns setecentos processos lá com o José Manuel Coelho. Passei por todas elas.

Almejo que o Tribunal continue nessa senda de destaque, os Desembargadores e os Juízes ímpolitos, honestos, corretos. Brasília é uma unidade onde não se houve falar em corrupção de magistrados. O Ministério Público, por exemplo, já não cabe todo mundo, tem várias partes do Ministério Público que estão em outros prédios alugados.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Isso é inevitável, porque a população cresce, continua a crescer e a presunção é de que esse ritmo não vai

diminuir. Agora, o que vai acontecer? Não temos mais terra aqui. Não temos mais terreno aqui. Tentei, na minha administração, trocar esse terreno, que é do pessoal do CEUB. Tentei trocar. O Governador disse: “Eu arranjo um terreno para dar para o CEUB”. Mas na hora que chamei as pessoas para fazer o negócio mesmo, eles não têm escritura desse terreno. Agora não sei se já têm. Era um negócio de um inventário.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Eu fiquei muito feliz de, agora, visitar o Tribunal e ver como ele está bem instalado. Funcionalismo regular trabalhando, os gabinetes bem montados.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Melhorou, mas está precisando melhorar ainda mais.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Mas já é um padrão.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Agora mesmo tínhamos vários cartórios funcionando com três funcionários e três, quatro estagiários.

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

Eu contei aqui que, quando começamos, o colega tinha de amarrar a cadeira na mesa para poder encontrar a cadeira no outro dia para trabalhar. Não tinha um papel, não tinha nada.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Desembargador Oswaldo, as suas despedidas.

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Estou certo de que não pude transmitir tudo aquilo que gostaria de fazer. São muitos os episódios, as falhas, os momentos.

Recordo-me da inauguração do fórum de Boa Vista, que fui eu que comecei, e que foi pago todinho pelo Governo do Território, o Tribunal não entrou com nenhum tostão, foi insistência minha junto ao Governador. O do Amapá, a pedra fundamental foi lançada e, por acaso, fui eu que fiz o discurso, porque o Juiz Titular era o Dr. João Alves de Oliveira, que me delegou essa competência meia hora antes. Eu falei: "João, isso não se faz, João!". "Não, faz um discursinho aí, porque eu não falo nada". Então, fiz um discurso, foi colocada a pedra fundamental, essa coisa toda. O Tribunal tinha, para iniciar a obra de duzentos e quarenta milhões, tinha exatamente seis milhões para começar, mas fui conseguindo com o Governador, ele foi dando parcelas também, o Tribunal dava a dele, o Governador também dava, até que se chegou ao final. Em ambos, não fui às inaugurações porque os governadores não mandaram passagem, e, em ambos, eu não podia pagar passagem. Sendo que, na última, senti-me no dever de responder ao Governador com vinte dias. Ele me convidou oficialmente, por telegrama, o do Amapá e eu respondi dizendo: "Primeira coisa, esse Fórum, eu sou o pai da criança. Sinto-me muito envaidecido pelo convite, mas os homenageados são outros", que não tinham nada a ver. Mandei duzentas e tantas palavras de telegrama para ele.

E ele engoliu, porque o enganaram,

ele não sabia. Eu tinha de estar lá, porque eu comecei, vi subir as paredes. Todos os dois, não me levaram.

De qualquer sorte, essas mágoas, vou levando; algumas vão ficando. Às vezes eu falo um pouco exasperado, parece que estou aborrecido, mas não é nada disso. A ingratidão da humanidade e dos homens é muito grande, e todos nós passamos por isso. Será que eu também já fui com algum? Não sei, mas posso ter sido, não sou nenhum santo e nenhum Deus.

Penso que o juiz não é um Deus, o juiz é uma pessoa comum, como outra qualquer, e deve-se voltar muito para a pessoa que está necessitando dele, do que precisa da decisão dele. O fato é que, atualmente, talvez os juizes que estejam entrando já estejam mais conscientes disso, mas antes não estavam não, se sentiam poderosos, sentavam no trono e achavam que eram o mando, o mando era deles. Nunca me senti assim. Fui um juiz humilde, um juiz do povo. Tenho a honra de ter em casa um jornal do Território do Amapá que estampa bem grande: "Juiz Oswaldo de Sousa e Silva, o Juiz do Povo". Isso, para mim, é gratificante, muito mesmo. Fui feliz. Tenho muita coisa guardada nos meus alfarrábios e, por isso mesmo, sou grato à Justiça, porque me encaminhou. Eu não tinha nenhuma vocação para ser advogado, quanto mais para ser juiz, mas tinha a formação moral, formação espiritual, formação religiosa que me levou a esse final e saí deste Tribunal muito envaidecido. Cheguei a ele graças aos meus amigos daqui que consideravam que eu devia passar por ele. Fiquei apenas dois anos como Desembargador efetivo, e mais dois como requisitado, mas, para mim, já foi muita coisa, porque eu já estava satisfeito em ter sido Juiz deste Tribunal, porque este Tribunal, se não for o melhor,

é um dos melhores do Brasil. Não tenho constatado isso, porque não tenho andado, mas os que andam, os que vão me dizem.

Fico muito satisfeito, porque depois de treze anos de ter sido aposentado, ainda gosto deste Tribunal, admiro os colegas, não deixo de vir a uma posse, mesmo que esteja doente eu venho, para que os que entram sintam, também, que a gente sabe que isto aqui é um lugar de pessoas de bem, que eles precisam vir para cá e prosseguir na linha de conduta desejada para o magistrado. Por isso mesmo, me despeço nesse momento, porque é uma despedida rápida, agradecendo muito a todos os colegas com quem convivi neste Tribunal, e que são muitos, e que alguns deles ficaram plantados em meu coração.

«fim»

DATA DA ENTREVISTA

18/11/2008

LOCAL

Brasília

ENTREVISTADOS

Desembargador Oswaldo de Sousa e Silva

Doutor Bernardino de Sousa e Silva

ENTREVISTADORES

Desembargadora Maria Thereza de Andrade B. Haynes

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Juiz de Direito Sebastião Rios

TRANSCRIÇÃO

Victoria Iwanow – SERAMI

REVISÃO

Otacílio Guedes Marques – SERAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

DESEMBARGADOR OSWALDO
DE SOUSA E SILVA E
DOUTOR BERNARDINO
DE SOUSA E SILVA

SERAMI

Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

GPVP

Gabinete da Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT